

CADERNOS OBHA

Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares - Ano 1, Edição 1 | Julho de 2020

SEGURANÇA ALIMENTAR EM TEMPOS DE COVID-19



Cardernos OBHA
volume 1 | ano: 2020

Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares
Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura (Palin)

Organização e Edição

Denise Oliveira e Silva
Ana Maria Segall Correa

Direção de arte, Capa e Diagramação

Fábio Lucas Vieira

Equipe Editorial

Érica Ell
Juliana Ubarana
Danielle Cabrini
Cássia Pereira das Chagas

Conselho Editorial

Denise de Oliveira e Silva - Coordenadora do Conselho Editorial
Ana Maria Segal Correa - Pesquisadora Associada ao Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura da Fiocruz Brasília
Celina Roitmam - Assessora Técnica da Direção da Fiocruz Brasília
Janine Helfst Leicht Collaço - Professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás
Jorge Mesquita Huet Machado - Coordenador do Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília
José Paranaguá de Santana - Núcleo de Estudos de Bioética e Diplomacia em Saúde da Fiocruz Brasília
Luciana Sepúlveda Köuptche - Coordenadora do Programa de Educação, Saúde e Cultura da Fiocruz Brasília
Maria do Carmo Freitas - Pesquisadora Associada do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia
Renata Menasche - Professora do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas
Tatiana Oliveira Novais - Pesquisadora do Colaborato Ciência, Tecnologia e Sociedade da Fiocruz Brasília
Wagner de Jesus Martins - Coordenador do Colaborato Ciência, Tecnologia e Sociedade da Fiocruz Brasília

Contato

www.obha.fiocruz.br | obha@fiocruz.br | facebook.com/obha.fiocruz

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Copyright © OBHA 2020



S U M Á R I O

6

Insegurança alimentar e nutricional em Pernambuco e o desafio frente à pandemia do Novo Coronavírus

12

Desafios e possibilidades para Alimentação Adequada e Saudável num Planeta em Crise

15

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: capacidades e diretrizes para o enfrentamento aos efeitos da COVID-19

27

Comer em tempos de pandemia e após

34

Fome, Carolina de Jesus

36

Povos Indígenas: Alimentos, Ancestralidade e Sagrado em Tempos de Crise

45

Entrevista com Tatiana Coura Oliveira e Monise Viana Abranches

54

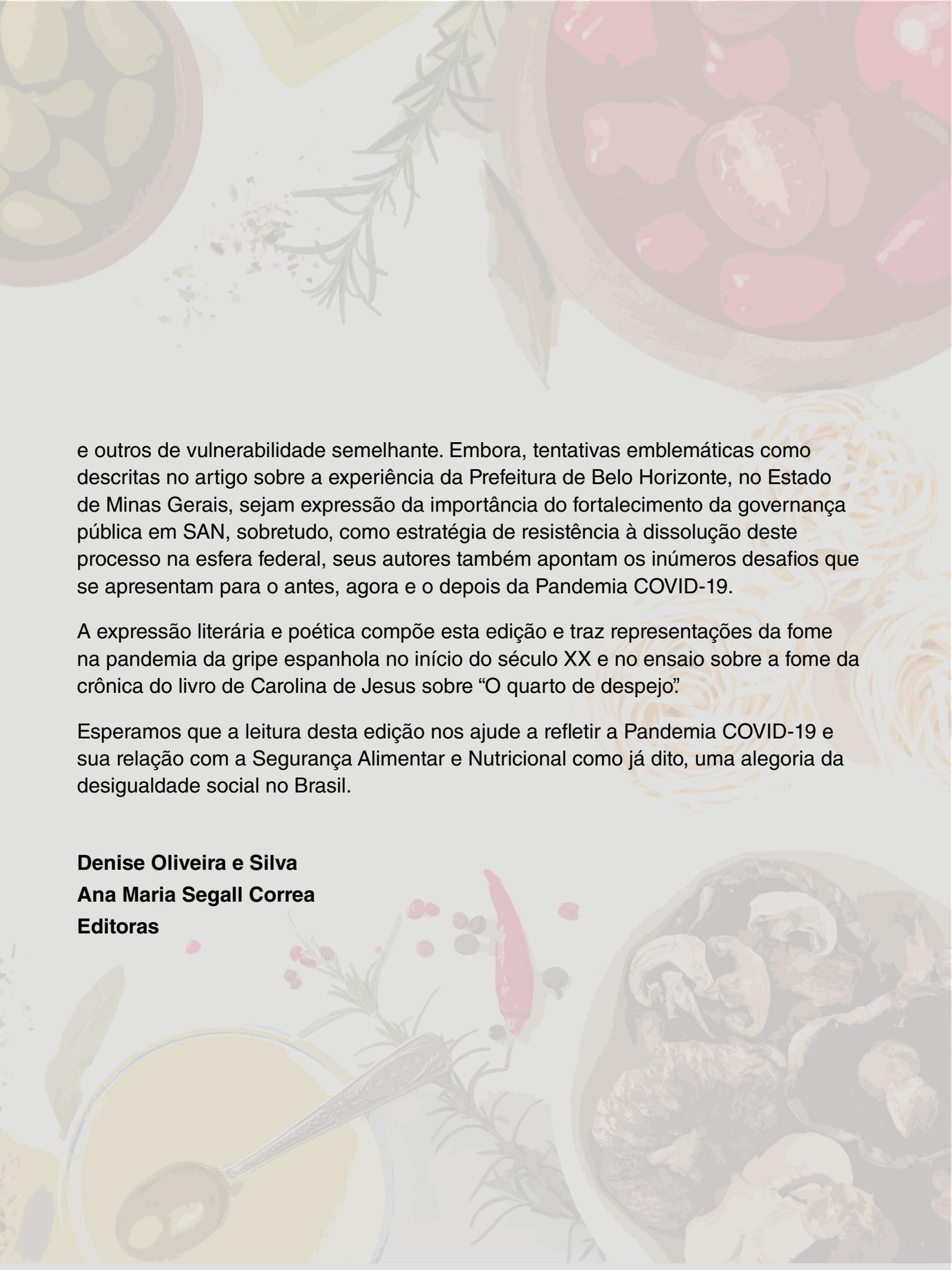
Fragmentos da gripe espanhola em versos e poesias

E D I T O R I A L

Os pesquisadores, técnicos e alunos do Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares têm o prazer de inaugurar a linha editorial denominada de “Cadernos do OBHA” com o propósito de afirmar seu papel como instrumento de ciência cidadã para a divulgação de informações e o objetivo de divulgar temas sobre escolhas, práticas e hábitos alimentares, além de sua relação com diversas dimensões do conhecimento científico e popular.

Nesta edição inaugural, o tema é “ Segurança Alimentar e Nutricional: antes, durante e pós pandemia COVID-19” que, em conjunto com outros atributos sociais apontam a pandemia COVID-19 como alegoria da desigualdade social historicamente presente e ainda crescente na sociedade brasileira. O tema desta edição abordará, também, o agravamento do impacto da pandemia sobre a SAN acarretado pela dissolução da governança em SAN no país, sobretudo depois da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Janeiro de 2019 e a extinção ou, redução das políticas de enfrentamento da pobreza e da fome a partir deste mesmo ano.

Nos artigos e entrevistas publicados a preocupação com as consequências deste momento sobre a situação alimentar e nutricional dos segmentos mais pobres do Brasil, justifica-se dadas as ameaças inequívocas que recaem sobre o processo virtuoso de implementação de Políticas Públicas de SAN e de estratégias governamentais para a geração de emprego e renda, que tornaram o Brasil referência internacional. Nos conteúdos destaca também, a carência no contexto da Pandemia do COVID-19 de ações emergenciais e estruturantes para o enfrentamento da fome e suas consequências nas populações sob maior risco social, como os povos indígenas



e outros de vulnerabilidade semelhante. Embora, tentativas emblemáticas como descritas no artigo sobre a experiência da Prefeitura de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, sejam expressão da importância do fortalecimento da governança pública em SAN, sobretudo, como estratégia de resistência à dissolução deste processo na esfera federal, seus autores também apontam os inúmeros desafios que se apresentam para o antes, agora e o depois da Pandemia COVID-19.

A expressão literária e poética compõe esta edição e traz representações da fome na pandemia da gripe espanhola no início do século XX e no ensaio sobre a fome crônica do livro de Carolina de Jesus sobre “O quarto de despejo”

Esperamos que a leitura desta edição nos ajude a refletir a Pandemia COVID-19 e sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional como já dito, uma alegoria da desigualdade social no Brasil.

Denise Oliveira e Silva
Ana Maria Segall Correa
Editoras



ARTIGO

Insegurança alimentar e nutricional em Pernambuco e o desafio frente à pandemia do Novo Coronavírus

Catarine Santos da Silva e Vanessa Sá Leal



Todos os seres vivos necessitam de uma forma de nutrição para sobrevivência. Para os animais e humanos, os nutrientes são provenientes dos alimentos, entretanto, para essas espécies, o significado do ato de alimentar-se se distingue. Enquanto que para os animais está centrado no aspecto fisiológico, para os humanos, a alimentação não é apenas um meio de nutrição, mas, está carregada de simbologia, cultura e envolve as dimensões social, do prazer e acima de tudo é direito constitucional (SOUZA LIMA; NETO; FARIAS, 2015). Desde a criação, em 1948, da Declaração Universal de Direitos Humanos, está previsto o direito à alimentação, discutido na perspectiva de promoção do padrão adequado de vida (VALENTE et al., 2016).

No Brasil, o pernambucano Josué de Castro, por meio de suas obras “Geografia da Fome” (1946) e “Geopolítica da Fome” (1951) evidenciou a determinação social e a repercussão biológica da violação ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que serviu de base para a discussão e desenvolvimento de políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN) no contexto brasileiro (RIGON; BÓGUS, 2016). Corajosamente, Josué revelou que a fome (à época tema considerado tabu) não era decorrente da falta de produção de alimentos e muito menos era problema natural, mas, era questão que possuía raízes políticas e sociais (CASTRO, 2008).

Em sua conceituação atual, a segurança alimentar e nutricional (SAN) se define como:

[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A compreensão da SAN articula as dimensões alimentar e nutricional. A alimentar corresponde aos processos de disponibilidade, ou seja, a produção, comercialização e acesso ao alimento, enquanto que a nutricional é referente diretamente à escolha, preparo, consumo e utilização biológica do alimento, relacionando-a à saúde (LEÃO, 2013). No Brasil, a adoção do termo segurança alimentar e segurança nutricional permite a percepção de que as causas da insegurança alimentar e da insegurança nutricional são, em base, as mesmas, associadas a um desequilibrado sistema alimentar, desigual sob o ponto de vista social e econômico (FAO, 2014).

Internacionalmente são apontadas quatro dimensões da SAN: disponibilidade, acesso, utilização dos alimentos e nutrientes e estabilidade, que entra como dimensão transversal às outras (FAO, 2011; GROSS et al., 2000). O presente artigo traz como foco a dimensão acesso à alimentação. O acesso, de modo físico e econômico, se dá através da capacidade universal de obtenção de alimentos de maneira socialmente aceitável, podendo ocorrer, por exemplo, através de produção, compra, troca, caça (FAO, 2014).

Para mensuração da insegurança alimentar, especificamente sobre o acesso ao alimento, do ponto de vista individual e domiciliar, foi validada e adaptada à realidade brasileira a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), escala baseada na norte-americana *Household Food Security Survey Module* (HFSSM) e que tem propriedade de medir de maneira direta a percepção e vivência da insegurança alimentar, inclusive no seu nível mais grave, que é a fome (BRASIL, 2014; REICHENHEIM et al., 2016).

Para entender melhor como funciona, trazemos uma breve explicação sobre a escala brasileira: a EBIA considera como período de referência os últimos três meses anteriores à entrevista e atualmente é composta por 14 itens, no qual cada

resposta positiva equivale a um ponto e permite captar a percepção dos indivíduos sobre a vivência da insegurança alimentar em três categorias de intensidade (leve, moderada e grave), ou seja, permite que o entrevistado se posicione em relação ao problema (AZEVEDO; RIBAS, 2016).

Ultimamente pode-se dizer que a situação de insegurança alimentar, tradicionalmente vivenciada pelo fenômeno da fome e expressa através da desnutrição, como consequência da pobreza (atingindo principalmente povos e comunidades tradicionais e a população em situação de rua), pôde ser alargada e demonstrada através da problemática do excesso de peso e da imposição de padrões alimentares que não respeitam o meio ambiente e a diversidade cultural da sociedade (AZEVEDO; RIBAS, 2016). Nos últimos anos, foi evidenciado que além de consequências nutricionais (desnutrição, excesso de peso, carências nutricionais), a insegurança alimentar também pode acarretar consequências negativas do ponto de vista cognitivo e psicossocial (FRONGILLO, 2013).

Entre os anos de 2015 e 2016 foi realizada a pesquisa “Doenças Crônicas Não Transmissíveis no estado de Pernambuco: prevalência, fatores associados, ações e serviços de saúde”, também denominada como a IV Pesquisa Estadual de Saúde e Nutrição (PESN). Essa investigação ocorreu em 13 municípios do estado (Vicência, São Bento do Una, Panelas, Caruaru, Serra Talhada, Custódia, Belém do São Francisco, Palmares, Olinda, Paulista, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Recife) e nessa ocasião um dos aspectos pesquisados foi a seguran-

ça alimentar, utilizando a EBIA em 1.008 domicílios pernambucanos.

Dentre esses, foi encontrado que 68,4% estavam em situação de insegurança alimentar: 25,3% em insegurança leve, 31,4% em moderada e 11,7% em insegurança alimentar grave, ou seja, em situação de fome. Esse resultado aponta maior prevalência de insegurança quando comparado à última PNAD (2014), que encontrou em Pernambuco 25,9% de insegurança alimentar

nos domicílios e 31,9% naqueles que possuíam pelo menos um morador com idade menor que 18 anos (IBGE, 2014). Salienta-se que a PNAD, apesar de também investigar a insegurança alimentar a partir da EBIA, possui diferença metodológica de distribuição da amostra, pois divide em região metropolitana (proporção maior) e não metropolitana, o que limita a comparação com este estudo

que teve procedimento amostral de forma a permitir representatividade estadual. A prevalência encontrada na IV PESN também foi superior àquela obtida em 2011, em pesquisa específica no estado de Pernambuco, que encontrou 61,8% de insegurança alimentar (27,5% de insegurança moderada e 9,6% de insegurança grave).

O Nordeste ainda é a região com maior prevalência de insegurança alimentar, porém, destaca-se que no período de 2004 a 2013 essa região foi a que obteve considerável melhoria na situação de SAN, resultado decorrente do maior investimento em políticas públicas durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que colocou o combate à fome como prioridade e proporcionou à população maior acesso à alimentação. Per-



O Nordeste ainda é a região com maior prevalência de insegurança alimentar, porém, destaca-se que no período de 2004 a 2013 essa região foi a que obteve considerável melhoria na situação de SAN



nambuco, em seu II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (*Planesan* 2016/2019) considera o contexto político como desafiador para implantação de programas e ações de SAN, pontuando inclusive o risco de retrocessos nos avanços já conquistados (CAISAN-PE, 2016). E assim tem ocorrido, desde primeiro de janeiro de 2019 quando o governo federal atual extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), espaço que tinha diversas representações da sociedade civil em prol da luta pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional à nível nacional. Apesar do desmantelamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) à nível Federal, o Estado de Pernambuco tenta manter sua articulação e participação social por meio do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-PE) e do Fórum Estadual de Soberania e SAN de Pernambuco (FESSAN-PE). Programas essenciais para a garantia do acesso ao alimento têm sido sacrificados e milhares de pernambucanos (assim como em vários outros estados do País, em especial os da região Nordeste) têm perdido benefícios, a exemplo dos cortes no Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

E como fica a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional frente a pandemia do novo coronavírus?

O novo coronavírus traz consigo o descortinamento das desigualdades sociais historicamente existentes no Brasil e que em grande parte são ignoradas pelo poder público. Acentua-se a preocupação com a manutenção da alimentação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que vivem em subempregos e com renda proveniente de trabalhos informais. Além disso, tendo em vista às prevalências de insegurança

alimentar, levanta-se a urgência na elaboração de estratégias para continuidade de fornecimento de alimentação aos estudantes de escolas públicas, visto que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um componente relevante para a promoção do direito humano à alimentação. Ademais, essa visibilidade denota o quanto o valor do benefício do Programa Bolsa Família de fato não garante o atendimento a necessidades essenciais de uma família.

Para agravar ainda mais a situação dessas famílias e de outras centenas de milhares que vivem sem garantia de renda mínima para prover suas necessidades básicas, o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus põe em xeque o papel do Estado quanto a esse provimento. Essa renda mínima já existe em alguns países, principalmente dentre os mais desenvolvidos, considerando apenas o fato do indivíduo ter direito a dignidade humana e não ter como sustentar-se. No Brasil, a discussão sobre a renda básica emergencial foi ressaltada com o início do processo de quarentena, onde milhares de brasileiros, principalmente desempregados e trabalhadores informais, passaram a não ter a menor condição para obtenção do alimento e de outras necessidades primárias. Assim, foi publicada em 18/03/2020 o PL 698/2020, que cria o Programa de Renda Básica Emergencial para os indivíduos em situação de vulnerabilidade social, em casos de calamidade pública ou situação de emergência. Apesar de uma grande quantidade de recursos ter sido transferido àqueles que têm direito, no início do mês de maio, alguns outros milhões de brasileiros ainda não haviam recebido a primeira das três parcelas deste benefício, seja por questões burocráticas, dificuldade de acesso a tecnologias (neste caso os aplicativos) e/ou por falhas no próprio sistema de execução.

Diante desse quadro emergencial, no estado de Pernambuco foram iniciadas ações como distribuições de cestas básicas, organização de locais para que pessoas em situação de rua pos-

sam tomar banho, lavar roupas e receber refeições prontas e kits de higiene, além de manutenção de feiras agroecológicas e distribuição de cartão alimentação no valor de R\$50 para os escolares beneficiários do PNAE no âmbito das escolas estaduais; e quanto ao PNAE das escolas municipais, os recursos têm sido utilizados para distribuição de gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza. Em ambos os casos, a alimentação precisa ser avaliada e orientada, uma vez que o PNAE, em geral, precisa respeitar as necessidades nutricionais, hábitos alimentares e economia local.

Outro ponto que deve ser destacado é a importância da estruturação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional: em Pernambuco foi criado um grupo de trabalho multidisciplinar em SAN para o enfrentamento da pandemia, com articulação entre a CAISAN, CONSEA e SUA-SAN (Superintendência das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional de PE). Essa estratégia pretende elaborar propostas para a promoção da SAN durante e pós-pandemia através do trabalho conjunto das instâncias estadual com as municipais e sociedade civil. Acredita-se que estados e municípios que tenham o SISAN estruturado possam ter melhor articulação na elaboração de estratégias para promoção e exigibilidade do direito à alimentação adequada em meio à atual crise.

Além disso, organizações sociais, sindicais, igrejas, organizações não governamentais têm desenvolvido medidas emergenciais para doação de alimentos e itens de higiene à população em situação de rua ou àqueles que vivem em vulnerabilidade, a exemplo da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Frente Brasil Popular, que com o apoio de diversas organizações desenvolve a Campanha Mãos Solidárias, que dentre as atividades realiza o Marmita Solidária, que até o início de maio já havia distribuído 60 mil marmitas.

Além do exposto, salienta-se a preocupação com o sistema alimentar como um todo, desde a

produção da agricultura familiar e insegurança alimentar de agricultores, agricultoras, pescadores artesanais e povos indígenas e comunidades tradicionais, além da problemática dentro do cenário de incertezas frente à garantia do abastecimento alimentar. Sobre essa questão, recomendamos a leitura da reportagem do site “[O Joio e O Trigo](#)”. É evidente a necessidade de criação e fortalecimento de circuitos curtos de produção, abastecimento e comercialização de alimentos.

Diante dessa pandemia, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional junto à diversas organizações publicaram um documento com diversas recomendações que visam garantir o direito à alimentação e o combate à fome. Indicamos fortemente a leitura e divulgação [deste documento](#). Além disso, o Fórum Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco publicou uma [carta aberta](#) ressaltando algumas medidas à serem tomadas pelas esferas governamentais, considerando o contexto da população pernambucana.

Considerações Finais

A insegurança alimentar e nutricional vivenciada historicamente pelos brasileiros tem sido intensificada por meio de um inimigo invisível que cerceia a liberdade e impede que os trabalhadores busquem o “pão de cada dia”. Como diria Herbert de Souza (Betinho): Quem tem fome tem pressa. E é nessa lógica que o Estado deve garantir a esse grupo de pessoas o básico para o enfrentamento dessa fase complexa, ao qual o mundo passa a ter dois contextos, um anterior e outro posterior a pandemia do novo Coronavírus. E quem sabe, a partir dessa lógica, governantes e sociedade civil passem a entender que a alimentação adequada e o investimento em programas sociais ou renda mínima ampliada não é caridade, e sim obrigação do Estado.

Referências

- AZEVEDO, E. DE; RIBAS, M. T. G. D. O. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. *Rev. nutr.*, v. 29, n. 2, p. 241–251, 2016.
- BRASIL. Estudo Técnico N.º01/2014 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.
- BRASIL. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, 2006. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/67508032>
- CAISAN-PE. Plano estadual de segurança alimentar e nutricional - 2016-2019. 2a ed. Recife: 2016.
- CASTRO, J. DE. Geografia da fome. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FAO. Good Food Security Governance: The Crucial Premise to the Twin-Track Approach. Background paper. Rome: 2011. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/righttofood/documents/other_documents/2011_good_food_security_gov/FoodSecurityGovernanceWorkshop_backgroundpaper.pdf.
- FAO. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Brasília: 2014. Disponível em: <http://www.sim.salvador.ba.gov.br/>.
- FRONGILLO, E. A. Confronting myths about household food insecurity and excess weight Using a life course approach and a bio-cultural perspective to understand the food insecurity and obesity paradox. *Cad Saude Publica*, v. 29, n. 2, p. 229–230, 2013.
- GROSS, R. et al. The four Dimensions of food and nutrition security: definitions and concepts. FAO: 2000.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.
- LEÃO, M. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: 2013.
- REICHENHEIM, M. E. et al. A Model-Based Approach to Identify Classes and Respective Cutoffs of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale. *The Journal of nutrition*, v. 146, n. 7, p. 1356–1364, 2016.
- RIGON, S. DO A.; BÓGUS, C. M. A segurança alimentar e nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: BEZERRA, I.;
- PEREZ-CASSARINO, J. (Eds.). Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe. Curitiba: Ed.UFPR, 2016. p. 260.
- SOUZA LIMA, R. DE; NETO, J. A. F.; FARIAS, R. DE C. P. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. *DEMETERA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 10, n. 3, p. 507–522, 2015.
- VALENTE, F. et al. Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (Eds.). Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe. Curitiba: Ed.UFPR, 2016. p. 260.



ENTREVISTA

Desafios e possibilidades para Alimentação Adequada e Saudável num Planeta em Crise

Paula Johns

O momento é de tudo ao mesmo tempo agora. A pandemia da Covid-19 parou o mundo da noite para o dia, o que seria impensável em tempos “normais” – voltaremos a essa suposta normalidade mais adiante – tornou-se inevitável. Aviões pararam de voar, quem pode passou a trabalhar de casa, o preço do barril de petróleo despencou, muitos carros deixaram de circular, o ar ficou mais limpo, animais silvestres passaram a circular em grandes metrópoles, todas as conversas passaram a girar em torno de algo invisível e assustador que ainda não sabemos aonde nos levará. Sabemos apenas que estamos no meio de um momento histórico. E que tenhamos a sabedoria de superar esse momento de forma a poder contar uma história de transformação no futuro.

No campo da segurança alimentar e nutricional algumas coisas são imediatas, urgentes e para ontem. Um tema que sempre foi periférico para os veículos da grande mídia, ganha a manchete de capa de domingo num dos principais jornais do país: “Brasil tem 7 milhões de alunos sem merenda e ajuda para comer”, seguida de reportagens de duas páginas inteiras. Nestas, exemplos bons de adaptação e distribuição de alimentos de qualidade garantindo a compra de produtos da agricultura familiar, a renda da pequena propriedade rural e comida de verdade para crianças da rede pública de ensino no Paraná, assim como exemplos péssimos de crianças e famílias totalmente desassistidas em grandes capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. O tema da alimentação escolar e a ameaça do retorno do Brasil ao mapa da fome é urgente e imediato e sabemos que as soluções existem.

As mazelas da desigualdade social no Brasil, invisíveis ou naturalizadas no cotidiano de boa parte da população mais abastada, tornaram-se fraturas expostas no cenário atual. As medidas de austeridade econômica adotadas nos últimos anos exacerbaram as desigualdades sociais e tiraram recursos de áreas fundamentais para o bom funcionamento do país como saúde e educação.

Pincelando por assuntos aparentemente desconexos é possível refletir sobre as escolhas que temos privilegiado enquanto país e que tornam os efeitos da crise da Covid-19 ainda mais graves.

O SUS, Sistema Único de Saúde, em processo de desmonte nos últimos anos, perdeu 20 bilhões somente em 2019 segundo levantamento do CNS – Conselho Nacional de Saúde, em consequência da Emenda Constitucional nº 95 de 2016.

Enquanto isso os incentivos fiscais dados às empresas de refrigerantes sediadas da Zona Franca de Manaus seguem em cifras que vão de 2 a 4 bilhões anuais numa guerra de decretos que, apesar de algum avanço entre muitas idas e vindas desde 2016, tem mantido benefícios tributários absolutamente inaceitáveis para a saúde da população e da economia do país.

Além de deixarmos de arrecadar bilhões em tributos, subsidiamos a produção de bebidas que fazem mal a saúde num país onde mais da metade da população está com sobrepeso e 20% é obesa. Evi-



Paula Johns | foto: arquivo pessoal

dências científicas demonstram que o consumo de bebidas adoçadas são fator de risco para doenças como obesidade, diabetes tipo 2 entre outras doenças crônicas associadas à piora de quadro e morte em pessoas que contraem o vírus da Covid-19. Esses são exemplos de escolhas que privilegiam sistemas insustentáveis e injustos.

Mas, em paralelo a más escolhas, existem centenas de iniciativas que são exemplos de solidariedade em tempos de crise e que dão pistas para caminhos possíveis. A Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável publicou um Boletim especial, intitulado: [Pandemia da Covid-19 e o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável: Crise, Esperança e Ação](#) reunindo uma pequena parcela das muitas ações, reflexões e recomendações que estão pipocando pelo país afora.

Em suma, no meio do caos político, sanitário e econômico existem também milhares de iniciativas que devem ser louvadas e observadas de perto, pois trazem em seu âmago sementes de soluções coletivas e exemplos de resiliência que podem ajudar a construir alternativas mais saudáveis e sustentáveis para todos nós. Circuitos mais curtos e solidários aliados a modelos de produção e consumo de alimentos limpos, justos e bons para todos.

Não se pode desprezar o sofrimento de milhões de pessoas em todo o mundo, seja por perder entes queridos, seja por perder seu sustento, seja por não dar conta de conviver com essa crise sem prazo pré-definido para acabar.

No entanto, a “normalidade” anterior à eclosão da epidemia é de um planeta em franco colapso, onde para manutenção do padrão de consumo nesses moldes precisamos de 1,75 planetas Terra ([saiba mais](#)).

Os sistemas alimentares hegemônicos estão no centro dessa crise, a confluência das mudanças climáticas, subnutrição e obesidade, são pandemias que coexistem e foram descritas no relatório intitulado [Sindemia Global](#).

Vislumbrando soluções, as recomendações do relatório podem ser sintetizadas em vontade política para adotar medidas que possam contribuir para a regeneração de sistemas alimentares doentes, que hoje adoecem o planeta e as pessoas. Quem sabe a fermentação de mudanças sistêmicas não seja o lado bom da crise do coronavírus.

Não gostaria de voltar a “normalidade” de outrora, portanto farei o que está ao meu alcance para alcançar um normal muito diferente do que é considerado normal até o momento. Acabaria com subsídios sem sentido, consideraria saúde e educação investimentos e não gastos, adotaria indicadores que respeitem os limites planetários, o bem estar das pessoas, o autocuidado e o cuidado com o outro. Teria compreendido o valor do tempo e pararia de correr freneticamente para lá e para cá sem tendo tempo de apreciar as pequenas coisas no momento presente. Temos o conhecimento necessário para construir um mundo mais colaborativo e justo para que possamos todos desfrutar da vida neste belo planeta. Vamos juntos?



ARTIGO

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: capacidades e diretrizes para o enfrentamento aos efeitos da COVID-19

Beatriz Leandro de Carvalho
Bruno Dias Magalhães
Darklane Rodrigues Dias
Fabio Henrique de Lima Júnior

A pandemia do COVID-19 vem exigindo de toda a sociedade diversas mudanças nos hábitos pessoais e coletivos, com severas implicações econômicas e sociais. Tais implicações exigem do poder público soluções rápidas para problemas transversais, o que requer, além de recursos e capacidade de financiamento, criatividade, liderança e coordenação horizontal e vertical. O presente texto relata os serviços articulados pela Prefeitura de Belo Horizonte, no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional como medidas de atuação frente aos efeitos sociais e econômicos da pandemia do COVID-19, com foco nas ações emergenciais de assistência alimentar e de manutenção do abastecimento e produção, enquanto garantidoras do direito a todos à alimentação saudável e de qualidade. Argumenta-se que a rapidez, eficácia e efetividade das respostas está relacionada com a mobilização contingente de capacidades construídas e depuradas ao longo da trajetória de 27 anos da política pública. Por fim, aborda-se desafios referentes à manutenção prolongada da ação emergencial e à readaptação à uma nova normalidade pós-crise, com ênfase na necessidade de fortalecer a articulação vertical enquanto eixo estruturador e propagador da política.

A política municipal de segurança alimentar de Belo Horizonte: breve histórico, conceitos e fundamentos

A política alimentar de Belo Horizonte é originada a partir de uma confluência de diversos fluxos locais e nacionais, cuja análise permite conhecer importantes elementos que a estruturam até os dias atuais. De maneira sintética, pode-se

destacar que desde que a questão da fome foi tratada de forma sistêmica enquanto uma questão de direito, ou melhor, do não cumprimento de um direito básico e fundamental e, por conseguinte, necessariamente uma questão que deveria ser tratada pelo Estado (Castro, 2005) até a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346/2006, o tema da segurança alimentar e nutricional teve desenvolvimento difuso e intermitente no âmbito das políticas públicas do governo federal (Vasconcelos, 2005; Machado, 2006).

Dentre as políticas municipais de segurança alimentar, a experiência de Belo Horizonte destaca-se não só pela abrangência de sua atuação, mas também pela continuidade institucional que lhe confere 27 anos de trajetória. Suas raízes, contudo, estendem-se mais profundamente remontando aos problemas de abastecimento e de fome vivenciados nas capitais brasileiras durante a segunda metade do século XX. Se bem registra-se a atuação inicial, por vezes superposta, de equipamentos e órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, como por exemplo a Companhia Brasileira de Abastecimento (Cobal), a Central de Abastecimento S.A. (Cea-sa), a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (CASEMG), os mercados públicos, feiras cobertas, armazém reguladores e feiras livres, o diagnóstico geral das décadas de 70 e 80 é que grande parcela da população, em especial os estratos mais pobres não possuía adequado acesso ao alimento (Santos, 2000).

Tal diagnóstico motiva a câmara municipal de vereadores de Belo Horizonte a realizar, em 1982¹, o Seminário Municipal para discutir o Abasteci-

1 Há certa discordância em relação à data, que aparece como o ano de 1982 nos estudos de Coelho *et al.*, 1996 e Mafra, 2004, porém é situada em 1979 por Santos, 2000.

mento Alimentar na Cidade, com a subsequente criação pelo executivo municipal da Coordenação de Abastecimento, cujo Programa de Alimentação do Povo e, pouco mais tarde, Abastecimento a Baixo Custo, cumpriam com a função principal de regulação de mercado (Coelho, 1996; Santos, 2000; Mafra, 2004).

Neste mesmo período o Brasil passava pelo momento político da redemocratização, contexto marcado pela atuação na cena pública de diversos movimentos sociais, cuja articulação com organizações da sociedade civil e atores políticos empreendeu várias lutas em prol de novos espaços de participação política e de direitos sociais (Almeida, 2006, p. 107). Nesse marco, realizou-se a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em única edição, promovida no âmbito das atividades da VIII Conferência Nacional de Saúde, e que recomendou à Assembleia Constituinte a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar pautado na alimentação como direito e na responsabilidade do Estado como provedor do bem-estar (Santos, 2000; Pinheiro, 2009).

Se bem nenhuma das recomendações foram efetivamente implementadas na Constituição Federal de 1988², gerando uma descentralização marcada pela ausência de um desenho institucional que constituísse uma política nacional com clara divisão de competência federativa, o contexto participativo da década de 80 estimulou a criação em 1993 do movimento “Ação da Cidadania pela Fome e pela Vida”, campanha articu-

lada pelo sociólogo brasileiro Herbert de Souza. A ação para a Cidadania organizou comitês de arrecadação e distribuição de alimentos em todo o país. Esse conjunto de ações levou à criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), de caráter consultivo e de assessoria à Presidência da República, além de produzir outros dois importantes marcos da política pública, o “Mapa da Fome” e o “Plano de Combate à Fome e à Miséria” (Machado, 2006)³.

No mesmo ano, com a posse em Belo Horizonte do prefeito eleito Patrus Ananias, é criada pela primeira vez na cidade uma pasta dedicada ao abastecimento e à segurança alimentar, a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). A economista Maria Regina Nabuco, cujos estudos apontavam a necessidade de um Estado não somente regulador, mas também provedor da segurança alimentar para as populações ameaçadas conjuntural ou estruturalmente pela fome (Lavinhas e Nabuco *apud* Machado, 2006), assume como Secretária. Na SMAB, Nabuco e sua equipe promovem uma inflexão na atuação de Belo Horizonte na temática de segurança alimentar, redefinindo e criando uma série de programas que combinaram ações de caráter emergencial para o combate à fome, de garantia da disponibilidade de alimentos de qualidade, de garantia de acesso ao alimento saudável e de caráter educativo e informacional. A atuação da SMAB se destacou pela perspectiva sistêmica, organizada em três eixos, que até hoje orientam a política municipal de

2 A alimentação só viria a compor o rol dos direitos sociais anos mais tarde, com a emenda constitucional nº 64 de 2010.

3 O CONSEA viria a ser extinto em seguida, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que alterou a lógica de participação social e parceria com a sociedade civil pelo estabelecimento do Programa Comunidade Solidária. Embora inicialmente membros da Comunidade Solidária, diversos integrantes do CONSEA foram gradativamente abandonando o espaço por conflitos em torno aos rumos e objetivos do Programa. Para uma discussão sobre similaridades e diferenças ver Almeida, 2006. O CONSEA foi recriado em 2003, pelo então governo Lula e extinto em 2019, pelo atual governo de Jair Bolsonaro.

segurança alimentar e nutricional, a saber: o eixo da produção de alimentos, o eixo da regulação de mercado, e o eixo do consumo (Machado, 2006).

Neste importante momento, o arcabouço institucional da política municipal de segurança alimentar foi definitivamente estruturado com a criação legal, mas sobretudo a implementação bem sucedida de programas como os Restaurantes Populares, de acesso universal, que oferta refeições subsidiadas, o ABasteCer, Comboio do Trabalhador, Cestão Popular e o licenciamento das feiras e mercados, que se de um lado incidem diretamente na comercialização de alimentos a preços acessíveis às famílias mais pobres, de outro têm o condão de estimular a produção de determinadas cadeias de alimentos, como é o caso do Direto da Roça, que comercializa alimentos provenientes da Agricultura Familiar e da Feira Orgânica, criado tempos mais tarde. Importante mencionar que também nesse período iniciou-se a cessão de espaços públicos para a produção comunitária de alimentos na cidade de Belo Horizonte, constituindo o fomento à agricultura urbana. Finalmente, e de forma inovadora para a maioria dos municípios brasileiros, a SMAB passa a coordenar em 1994, o Programa Municipal de Alimentação Escolar.

Nos anos seguintes, a política de segurança alimentar de Belo Horizonte consolidou-se como caso de sucesso nacional e internacional, vindo a constituir uma das práticas de inspiração do programa Fome Zero (2003), cujos desdobramentos culminaram na instituição, via LOSAN, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN). A lei sedimenta os principais aspectos da experiência belo-horizontina, a perspectiva sistêmica (Rocha e Lessa, 2009) e o enfoque em direitos (Chappel, 2019), embora tenha sido lacunar no que diz respeito à coordenação federativa e ao desenho institucional do sistema. Disso decorre a definição

de segurança alimentar, alçada de vez ao status de política intersetorial, com aspectos ligados à saúde, à economia e ao meio ambiente, vejamos:



**A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social econômica e ambientalmente sustentáveis
(Brasil, 2006, Art.3º)**



Nas décadas de 1990 e 2000, portanto, o país viveu a chamada transição nutricional, que resumidamente podemos registrar como a redução da fome crônica e desnutrição com crescimento do sobrepeso e obesidade, mas também a redução da diversidade de alimentos consumidos e aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados. A segurança alimentar e nutricional, nesse contexto, sofre uma ampliação de ações, superando o enfoque estrito na assistência alimentar, entendida como a distribuição de refeições e alimentos, que caracterizou o período anterior de combate à fome, para se dirigir cada

vez mais para a garantia do direito à alimentação entendido de forma mais ampla através de ações de produção saudável, agroecologia, educação alimentar e nutricional, resgate e valorização da cultura alimentar e alimentação tradicional, identificação e atendimento de necessidades alimentares específicas, entre outras.

Ao longo desse período, a experiência belo-horizontina, ainda que tenha passado por momentos de restrição orçamentária, perda de qualidade e até diminuição de serviços oferecidos em alguns programas, como por exemplo a interrupção do atendimento do refeitório popular da Câmara Municipal, a precarização dos mercados municipais com o fechamento do Mercado Distrital de Santa Tereza, bem como sucessivas alterações no status institucional da política, manteve sua atuação sistêmica e abrangente. Isto é, diferentemente de outros municípios em que a política foi descontinuada ou fragmentada, Belo Horizonte destacou-se na área pela permanência do desenho institucional, da perspectiva baseada em direitos, da intersectorialidade das ações, preservando, ainda, um núcleo duro de servidores e profissionais de carreira, incluindo nutricionistas, assistentes sociais, das ciências da terra e administradores.

Com a eleição do Prefeito Alexandre Kalil em 2016, a temática se constitui como Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), compondo a pasta junto com a Política de Assistência Social e Direito e Cidadania, áreas importantes para a garantia de proteção social e a integralidade das políticas públicas. São nestes últimos três anos que a política municipal de segurança alimentar inicia um novo ciclo de inovação institucional e expansão de serviços. Os três eixos de consumo, acesso a mercados e produção foram reorganizados a partir de uma orientação estratégica com foco na inovação e aprimoramento dos programas e ações, na gestão intersectorial,

no diálogo com a sociedade e no fortalecimento institucional. No âmbito do consumo, os serviços vêm sendo ampliados e modernizados. É o caso da reabertura do refeitório popular na câmara dos vereadores, o retorno dos serviços de café da manhã e jantar ao restaurante popular da área hospitalar, e a instalação de um sistema de gestão de estoque, logística e contratos da alimentação escolar, assistência alimentar à rede socioassistencial e restaurantes populares.

Já o eixo de acesso e regulação de mercados passa a abranger mais que os programas de abastecimento, assumindo também a promoção da comercialização como estratégia de geração de renda a agricultores urbanos e familiares. No âmbito do abastecimento, tem-se a recomposição e ampliação do uso do logradouro público para instalação de feiras em todas as modalidades previamente existentes (Feira Livre, Feira Gastronômica Cultural - Modelo, Feira Orgânica e Direto da Roça), bem como a implementação da feira e dos pontos regionais de comercialização da agricultura urbana, cujo edital encontra-se publicado. Os sacolões ABasteCer estão sendo remodelados enquanto estratégia de regulação do mercado, bem como os mercados públicos estão em processo de revitalização por meio de concessão à iniciativa privada, resguardadas as diretrizes obrigatórias da política de segurança alimentar e nutricional e as funções típicas de mercado. De maneira inovadora, foi implementada a Central de Abastecimento da Agricultura Familiar de Belo Horizonte, espaço cedido a uma rede de 8 cooperativas e associações da Agricultura Familiar de todas as regiões do Estado de Minas Gerais de modo a instalar um entreposto comercial para o fornecimento de produtos na capital. As compras institucionais, por sua vez, compõem a estratégia de mercados, com foco no cumprimento do mínimo de 30% da execução do recurso do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação para compra de gêneros alimentícios da Alimentação Escolar e na execução de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, modalidade doação simultânea.

No âmbito da produção, vê-se um renovado foco na agroecologia como eixo metodológico orientador da agricultura urbana, que conta com assistência técnica e fomento à unidades produtivas coletivas comunitárias, escolares ou institucionais. Estabelecidas como prioridades, as unidades produtivas comunitárias vem crescendo e se espalhando pela cidade de Belo Horizonte, inclusive em áreas anteriormente não atendidas, como as ocupações Izidora e o Quilombo Mangueiras, na busca de constituir territórios sustentáveis urbanos. Do ponto de vista da gestão, de forma inovadora constituiu-se um cadastro da agricultura urbana do município, importante instrumento de diagnóstico e acesso à política pública.

Finalmente, como eixo transversal, a educação alimentar e nutricional vem ampliando e qualificando seu atendimento para multiplicadores de conhecimentos no âmbito das políticas de educação, assistência social e segurança alimentar. Também há algumas tentativas de diálogo mais amplo com a sociedade belo-horizontina, por meio da promoção de circuitos que trazem atendimento intersetorial diverso. Nesta área, houve forte ampliação no eixo da promoção de práticas alimentares tradicionais ligadas à gastronomia, com a expansão dos cursos de qualificação de panificação, gastronomia mineira, confeitaria e agroecologia oferecidos à públicos diversos no âmbito do Centro de Referência da Segurança Alimentar - CRSA, situado no Mercado Popular da Lagoinha.

É neste momento de expansão e inovação que a política municipal de Segurança Alimentar de Belo Horizonte é atingida pela pandemia do

COVID-19, forçando-se a um radical readaptação na atuação, que será detalhada na seguinte seção.

2. A assistência alimentar no enfrentamento dos efeitos socioeconômicos da pandemia do COVID-19

Em 2018, 30% das famílias belo-horizontinas registradas no Cadastro Único (CadÚnico) estavam enquadradas em situação de extrema pobreza; a população em situação de rua do município salta de 1.164 em 2005 para 7.448 pessoas, em fevereiro de 2020, conforme registro no Cadastro Único (CadÚnico), com crescimento expressivo a partir de 2014, fenômeno identificado nas principais capitais do país. Também neste ano a taxa de desocupação no país quase dobrou, de 6,4% em dezembro de 2014, para 11,6% em dezembro de 2018, situação que se agrava para a mulheres, com taxa de 13,5% de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), ampliando consideravelmente a demanda por serviços públicos, agravamento de situações de vulnerabilidade social, e aumento da insegurança alimentar. Nesse contexto em que a população empobrece e situa-se em risco de insegurança alimentar e nutricional, o Brasil e também Belo Horizonte preparava-se para o enfrentamento da pandemia.

Frente ao cenário, a Prefeitura de Belo Horizonte assumiu rapidamente uma postura de rígido isolamento social, orientando suas ações pelas diretrizes do Comitê de Enfrentamento à Epidemia do COVID-19, de caráter deliberativo, com competência extraordinária para acompanhar a evolução do quadro epidemiológico do novo Coronavírus, adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e o controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas (Belo Horizonte, 2020a). Dessa forma, a vida no

município foi sendo adaptada frente à nova realidade, através de uma série de diligências, como a configuração de situação emergencial (Belo Horizonte, 2020b), impondo ao poder público o duplo desafio de combater a pandemia e adaptar internamente seus serviços essenciais que deveriam seguir funcionando durante o período. Ambas as frentes requereram atuação imediata, intersetorial e de ampla complexidade, tornando-se prioridade de máxima atenção em todas as pastas do executivo municipal. Com a política de segurança alimentar não foi diferente. Ao contrário, o acesso contínuo a alimentos pelos diversos públicos afetados ganhou contornos ainda mais prioritários, foco para o qual foram direcionados todos os esforços de gestão, de modo que rapidamente fosse elaborado um plano de contingência para o enfrentamento da situação. As linhas a seguir descrevem detalhadamente o conjunto de soluções implementadas, os principais passos e instrumentos de políticas públicas articulados na entrega e reconfiguração dos serviços, bem como os resultados alcançados até o momento atual.

Instalada a situação excepcional, a primeira ação de gestão foi definir quais programas e serviços de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte iriam compor os chamados “serviços essenciais”, que tiveram seu atendimento adaptado. Tais processos decisórios pautaram-se por orientações técnicas, das quais destaca-se uma série de instrumentos de gestão como medidas de prevenção ao contágio do COVID-19 no âmbito da assistência social, segurança alimentar e cidadania e reordenamento de serviços⁴. Importante aqui destacar a necessária ação de interrup-

ção de alguns serviços, para permitir maior atenção e esforço às áreas prioritárias, e também para o devido cumprimento das medidas de contenção da propagação do novo coronavírus, como evitar aglomerações. Diante disso, foram interrompidas toda e qualquer atividade formativa, incluindo as ações de Educação Alimentar e Nutricional e as qualificações promovidas no âmbito do Programa Valorizar a Gastronomia, as feiras gastronômicas - Feiras Modelo e o fornecimento de gêneros alimentícios às escolas e creches.

As demais ações foram adaptadas, expandidas e contaram com algumas inovações. Adotando a sistemática dos três eixos da política de segurança alimentar, tem-se que o eixo do consumo concentra a maior parte das ações emergenciais, divididas entre o atendimento modificado e ampliado via Restaurantes Populares, a assistência alimentar à rede socioassistencial, o banco de alimentos e o fornecimento de cestas básicas via redes de supermercados às famílias de extrema pobreza (incluindo as atendidas pelo PAAN), em situação de vulnerabilidade e com estudantes matriculados na rede municipal de educação, além da distribuição dos gêneros já adquiridos do Programa Nacional de Alimentação Escolar estocados nas unidades, orientados pela lei 11.947 e resolução 02/2020 do FNDE. O eixo de acesso a mercados vem articulando ações de viabilização das feiras, sacolões e mercados municipais, bem como das compras públicas. O eixo de produção, por sua vez, vem focando na adaptação do atendimento às unidades produtivas comunitárias. A esses eixos nos dedicamos a seguir.

4 Além da Portaria SMASAC N°036/2020, que estabelece as citadas medidas de prevenção, tem-se a regulamentação do serviço nas modalidades teletrabalho e sobreaviso (Portaria SMPOG N°014/2020); orientação quanto ao reordenamento do Programa de Assistência Alimentar Emergencial (Informativo DPSO/SUASS N°08/2020); orientação quanto a forma excepcional de encaminhamento das pessoas em situação de rua para acesso gratuito aos restaurantes populares (orientação Conjunta SUSAN/SUASS 01/2020), medidas de prevenção específicas no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (orientação SUSAN 001/2020), entre outros.

Enquanto equipamentos fundamentais para a garantia de alimentação a milhares de usuários todos os dias, os Restaurantes Populares foram os primeiros a terem seu funcionamento profundamente alterado, de modo a garantir a continuidade no atendimento com o devido cumprimento das medidas de prevenção ao COVID-19. Assim, para evitar aglomerações os salões dos 4 restaurantes populares⁵ da cidade foram fechados e as refeições passaram a ser servidas em embalagens do tipo marmitex, entregue em um ponto na área externa dos equipamentos, com apoio e orientação para a formação de filas por funcionários ou, em alguns casos, pela Guarda Municipal, evitando aglomerações nos locais. Além disso, o serviço de almoço foi ampliado para os finais de semana e feriados, com atendimento exclusivo à população em situação de rua, durante a permanência do período de isolamento social e as restrições ao comércio. Além da manutenção do serviço pela garantia do direito à alimentação, cabe mencionar as medidas internas de gestão, impulsionadas visando a proteção ou redução dos riscos de exposição dos trabalhadores e das trabalhadoras, como a convocação do quadro de nutricionistas dos demais setores da secretaria para revezamento no quadro técnico dos equipamentos; o afastamento dos profissionais enquadrados em grupos de risco, e a consequente substituição evitando a sobrecarga de trabalho. Desde que foi iniciado o isolamento social em Belo Horizonte até o momento dessa escrita, os Restaurantes Populares serviram 213.975 refeições, das quais 103.486 foram destinadas ao público em situação de rua.

A assistência alimentar à rede socioassistencial e o banco de alimentos, por sua vez, garantem acesso regular e permanente à alimentação saudável aos públicos atendidos nas unidades de acolhimento institucional parceirizadas (abrigos, instituições de longa permanência para idosos e de moradores em situação de rua) e ao público atendido em instituições que não possui parceria com o município. No âmbito da assistência alimentar, a gestão planeja, compra e distribui os gêneros alimentícios; monitora a produção diretamente nas unidades; desenvolve ações de supervisão alimentar e orientação nutricional. Já o Banco de Alimentos coleta de redes de comercialização privadas, doações de alimentos que perderam seu valor comercial, mas que mantém seu valor nutricional. Estes alimentos são triados segundo rígidos protocolos nutricionais e destinados à complementação de refeições servidas por entidades socioassistenciais cadastradas. Durante o período de pandemia, o Banco amplia modalidade de atendimento, em caráter emergencial e excepcional, com a doação de alimentos para instituições que não produzem refeições, mas atendem famílias em situação de vulnerabilidade social do município de Belo Horizonte, como forma de contribuir com a segurança alimentar e nutricional em contexto de quarentena. Toda essa cadeia de ações estão mantidas, realizadas as devidas adaptações para a segurança de usuários e servidores. Importante ressaltar que foi estruturado, em caráter provisório e emergencial, um novo serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua e outras vulnerabilidades sociais com suspeita ou confirmação de contaminação

5 O refeitório popular da Câmara de Vereadores foi fechado, uma vez que a mesma entrou em quarentena após casos de COVID-19 entre seus membros e funcionários.

pelo Coronavírus. Executado pela Prefeitura através de parceria com o SESC e o Instituto Darcy Ribeiro, o serviço oferece proteção social integral que consiste em unidades habitacionais, equipadas com roupa de cama e banho, serviços de lavanderia e itens de higiene diários e individuais, além da oferta de refeições por meio da assistência alimentar e de uma rotina de cuidados e monitoramento da condição da saúde. O acesso é realizado apenas após o atendimento e encaminhamento pelas equipes de saúde, mediante a notificação de suspeita para a COVID-19 e necessidade de isolamento social domiciliar, conforme protocolo estabelecido entre as áreas. Até o momento, 323.928 refeições foram servidas no âmbito da assistência alimentar e 58,3 toneladas de alimentos foram doados pelo banco de alimentos, complementando 300.645 refeições.

Por fim, foi articulado de maneira emergencial o serviço de fornecimento de cestas básicas via redes de supermercados a diversos públicos com distintas faixas de vulnerabilidade. São eles: (i) famílias de estudantes da educação infantil, do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos matriculados em escolas municipais de Belo Horizonte ou em creches parceiras da Prefeitura, a título de substituição a oferta de alimentação escolar para fins de complementação das refeições enquanto as aulas estão suspensas; e (ii) grupos de beneficiários que tiveram sua renda afetada por conta das medidas de restrição, compreendendo famílias moradoras de Belo Horizonte com renda per capita familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) até o dia 31/01/2020, trabalhadores ambulantes e ca-

melôs com deficiência licenciados que atuam nas ruas da capital, camelôs integrantes da Operação Urbana do Hipercentro, engraxates e lavadores de carros licenciados, trabalhadores em shoppings licenciados integrantes da Operação Urbana, catadores de materiais recicláveis cooperados e avulsos, beneficiários do Programa Bolsa Moradia, agricultores urbanos, famílias residentes em aglomerados (vilas e favelas) e ocupações, mas que não estão nos cadastros anteriores e integram o sistema do SUS (Sistema Único de Saúde) e cadastradas nos Programas da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), agricultores urbanos cadastrados na SUSAN, povos e comunidades tradicionais, (como quilombos urbanos, indígenas, reinados) público com medidas protetivas, permissionários do serviço de transporte suplementar e trabalhadores do transporte escolar. A ação envolveu a contratação emergencial de redes de supermercado para oferta capilarizada de 1 cesta básica mensal a estes públicos, que totalizam o atendimento direto a 237.984 famílias e uma estimativa de atendimento indireto a até 951.936 pessoas, cerca de 38% da população do município. A ação envolveu um enorme esforço de fusão e compatibilização de bases de dados de políticas setoriais, bem como a construção de uma plataforma online onde o cidadão pode, a partir de seu CPF consultar se tem direito à cesta e, em caso positivo, emitir um *voucher* com o endereço da unidade de supermercado mais próxima na qual poderá retirar gratuitamente os produtos⁶. É importante mencionar que o atendimento não só garante o acesso básico a alimentos a essas famílias, como pauta-se pelas

6 A cesta é composta por 12 itens: 5 kg de arroz, tipo 1; 5 kg de açúcar cristal; 2 kg de feijão carioca tipo 1; 1 kg de fubá de milho; 500 g de macarrão parafuso massa com ovos; 500 g de macarrão espaguete massa com ovos; 1 kg de sal refinado; 1 frasco de óleo de soja (900 ml); 1 kg farinha de mandioca; 2 pacotes de leite em pó (400 g cada); 1 lata de extrato de tomate (350 g); 1 lata de sardinha (250 g).

diretrizes do menor deslocamento possível da residência e atendimento descentralizado evitando aglomerações. Ao todo, a ação prevê um recurso de R\$ 94.960.005,88 pelo atendimento durante quatro meses, podendo ser interrompida tão logo cesse o isolamento social.

No que diz respeito ao acesso a mercados, duas ações vem sendo importantes para a manutenção dos serviços junto aos públicos de Belo Horizonte. Primeiramente, junto às feiras, sacolões ABasteCer e Mercados Municipais, está sendo estudado um desconto no pagamento do preço público por parte de licenciados e permissionários de modo a estimular a manutenção das atividades de comercialização essenciais, a geração de renda e a diminuição dos preços dos produtos vendidos. Em relação às compras de produtos provenientes da Agricultura Familiar e Urbana promovidas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar e no Programa de Aquisição de Alimentos, estão sendo mantidos os editais, com a devida adaptação de regras de apresentação de documentos, de modo a garantir a não interrupção no escoamento da produção já existente, bem como a permanência deste canal de geração de renda aos agricultores. Os alimentos do PAA são destinados aos Restaurantes Populares e ao Banco de Alimentos. Já os gêneros adquiridos no âmbito do PNAE começam a ser solicitados em preparação para a possível retomada das aulas no segundo semestre.

Finalmente, a produção nos espaços comunitários urbanos foi mantida, com a continuidade do fomento por meio da doação de mudas e insumos agrícolas, uma vez que estes espaços costumam situar-se próximo ao local onde residem os membros dos grupos produtivos. Os hoje 41 sistemas agroecológicos comunitários desempenham um importante papel de fornecimento de gêneros alimentícios, alguns dos quais já com atividades de comercialização.



a COVID-19 reforçou e acelerou um movimento de redução do escopo da política de segurança alimentar à assistência básica. Este processo que já vinha ganhando ênfase em âmbito nacional devido aos contextos de crescente pobreza e fome da população brasileira, bem como a noção mínima do papel do estado ameaça retornar a cenários já historicamente superados



3. Considerações finais: horizontes e desafios

A trajetória aqui relatada permite argumentar que a rápida capacidade de inovação, adaptação e ampliação das ações de segurança alimentar e nutricional decorreu do encontro entre a diretriz de prioridade da prefeitura de atendimento aos mais vulneráveis e a mobilização contingente das capacidades desenvolvidas e consolidadas ao longo da trajetória de 27 anos da política pública, em especial o arcabouço institucional, a atuação de servidores experientes e o foco no direito à alimentação. Ademais, o *modus operandi* intersetorial da atual gestão, juntamente com a concepção transversal de segurança alimentar, permitiu a agregação de capacidades de outras pastas do executivo municipal, notadamente no que diz respeito à fusão e compatibilização de bases de dados e elaboração de plataforma digital para o atendimento emergencial de cestas básicas, ampliando a efetividade e eficiência dos serviços.

Cumprir destacar, no entanto, que o cenário atual constitui um momento decisivo para política de segurança alimentar. Por um lado, a COVID-19 reforçou e acelerou um movimento de redução do escopo da política de segurança alimentar à assistência básica. Este processo que já vinha ganhando ênfase em âmbito nacional devido aos contextos de crescente pobreza e fome da população brasileira, bem como a noção mínima do papel do estado ameaça retornar a cenários já historicamente superados. Por outro lado, os efeitos da pandemia lançam novas luzes nas demandas sociais brasileiras e reativam demandas da sociedade civil, exigindo dos governos um papel mais ativo, como mostra o caso recente de aporte de R\$ 500.000,00 para apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar, grande parte dos quais destinados à aquisição de alimentos.

Sem embargo, a coordenação vertical da política pública, assim como a permanência de investimentos que façam jus à perda de receitas com a já presente crise econômica, constituem-se desafios estruturais. Se bem se trata de um aspecto estrutural no âmbito da segurança alimentar, este vem se agravando nos últimos anos, com implicações severas na capacidade de difusão e manutenção das iniciativas locais. O efeito é a reprodução de desigualdades, com clara desvantagem para os municípios com menor capacidade técnica e de financiamento adquiridas ao longo dos anos. A experiência belohorizontina mostra que é possível absorver a crise oferecendo respostas rápidas e intersetoriais que vão além do atendimento mínimo emergencial. Mas mesmo aqui, as incertezas quanto situação fiscal ameaçam a retomada completa dos eixos da política quando da volta da nova normalidade, cujos contornos ainda não estão definidos. Do ponto de vista nacional, portanto, difusão de metodologias, capacidades técnicas e instrumentos de gestão, bem como alocação continuada e equânime de recursos financeiros serão fatores cruciais para o destino da segurança alimentar no Brasil.

Referências

- Almeida, C. (2006). “O marco discursivo da “Participação Solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil”. In: Dagnino, E., Olvera, A. J., e Panfichi, A. **Para uma Outra Leitura da Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra.
- Belo Horizonte. (2020a). **Decreto Municipal nº 17.298**, de 17 de março de 2020.
- Belo Horizonte. (2020b). **Decreto Municipal nº 17.297**, de 17 de março de 2020
- Brasil. (2006). **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006.
- Castro, J. (2005). **Geografia da fome o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chappell, M. J. (2018). **Beginning to End Hunger: Food and the Environment in Belo Horizonte, Brazil, and Beyond**. Univ. of California Press.
- Coelho et all. (1996). “A política de abastecimento alimentar da prefeitura municipal de Belo Horizonte”. Rio de Janeiro: IUPERJ/UFMG/IDRC (Relatório de pesquisa).
- Machado, M. (2006). “Políticas de Segurança Alimentar: Belo Horizonte e Santos/SP: Uma visão sobre continuidade e mudança”. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Mafra, L. A. S. (2004). “O município na gestão de políticas locais de segurança alimentar: regulação de mercado e assistência alimentar em Belo Horizonte”. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Pinheiro, A. R. O. (2009). “Análise Histórica do Processo de Formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003 - 2006): atores, ideias, interesses e instituições na construção de consenso político”. Tese de Doutorado, Brasília: Universidade de Brasília.
- Rocha, C., Lessa, I (2009). “Urban governance for food security: The alternative food System in Belo Horizonte”. *International Planning Studies*, Vol. 14, No. 4, 389-400.
- Santos, S.M.C. (2000). “Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte”. IN: Farah, M. F. S., Barboza, H. B. [Orgs.]. **Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Vasconcelos, F.F.A.G. (2005). “Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula”. *Revista de Nutrição*. Campinas/SP: v.18, nº 4.



ARTIGO



COMER EM TEMPOS DE PANDEMIA E APÓS

Renato S. Maluf

Era previsível que a comida, tanto sua disponibilidade como o acesso a ela, viesse a ocupar o centro das preocupações e urgências no contexto de pandemia pelo qual estamos passando, ao lado e como complemento indispensável dos cuidados com a saúde das pessoas infectadas ou não pelo vírus mais recente. A preocupação com ter o que comer para não passar fome, e que haja meios adequados para obter os alimentos sem risco de se contaminar, passou a estar na preocupação diária mesmo daqueles para quem comprar e comer não era mais do que rotina obrigatória sem maiores reflexões a respeito. Sem constituir uma novidade trazida pela pandemia, a permanente busca diária por obter essa condição essencial para viver ficou ainda mais difícil para os milhões de miseráveis, desempregados, moradores das periferias, população em situação de rua e outros vulnerabilizados das cidades e dos campos no Brasil.

O chamado isolamento horizontal, medida acertada, acarretou a paralisação de muitas atividades e limitou a circulação da população, porém, por horizontal não se entenda igualdade de condições no enfrentamento das circunstâncias atuais em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira. As desigualdades sociais aparecem nas questões que estão na ordem do dia, a saber, os riscos de desabastecimento, elevação dos preços, funcionamento precário dos equipamentos de varejo e serviços de alimentação, dependência do transporte de alimentos em longas distâncias e comprometimento mesmo que parcial da própria atividade produtiva industrial e agrícola. Igualmente grave, esse quadro amplia a parcela já significativa da população sem meios para adquirir alimentos ou ter acesso a um prato diário de comida. Só ingênuos ou pessoas de má fé endossam as promessas mentirosas e repulsivas de assegurar emprego e evitar a fome em troca do

abandono das medidas duras frente à pandemia ou das indefectíveis “reformas”, promessas vindas justamente dos que têm patrocinado o aprofundamento da recessão econômica e a perda de direitos no Brasil.

Como em outras áreas, as questões de abastecimento alimentar devem ser abordadas combinando ações imediatas frente às emergências com a busca de objetivos permanentes que vão além do contexto de pandemia. Precisamos do debate público de possibilidades para o país em todas as áreas, enquanto exigimos do

Legislativo e Judiciário que deem conta do descalabro representado pela Presidência de República e seus acólitos. Assim, é preciso enfrentar, simultaneamente e em várias escalas de ação, a subnutrição e a fome junto com o acesso a uma alimentação adequada e saudável para todos/as, ao mesmo tempo em que são promovidas formas de produção, processamento e distribuição dos alimentos socialmente equitativas, ambientalmente sustentáveis e promotoras de diversidade cultural e ecológica.

É disso que se trata quando falamos em abastecimento alimentar, erroneamente limitado à mera disponibilidade de bens a preços acessíveis. Tema obrigatório na agenda pública, o abastecimento engloba um conjunto diverso e complexo de atividades mediando o acesso aos alimentos e sua produção, atividades nas quais estão envolvidos atores sociais com perspectivas muitas vezes conflitantes, entre agentes econômicos privados, organismos de Estado, organizações de consumidores e de produtores familiares. Âmbito em que se expressa de forma mais evidente a política dos alimentos, propostas como as aqui discutidas se inserem na «disputa pelo controle social sobre o abastecimento» (Goodman et al, 2012)¹. O ponto de partida é o elenco de proposições contidas em documento

1 Goodman, D.; Dupuis, E. M.; Goodman, M. K. *Alternative food networks: knowledge, place and politics*. London (UK), Routledge, 2012.

recém lançado por grande número de entidades e movimentos sociais intitulado “[Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!](#)”

A fome oculta (subnutrição), como a chamava Josué de Castro, corrói as vidas de parcela expressiva da população brasileira, mais grave, a fome aguda, aquela que mata pela falta absoluta, pode também ter aumentado com o crescimento do desemprego (13,5 milhões ainda em 2018), a precarização do trabalho (41,1% da força de trabalho na informalidade) e o comprometimento de instrumentos de proteção social. Não sabemos se estamos de regresso à vergonhosa condição de integrar o Mapa da Fome da FAO, do qual saímos em 2014, pois vem sendo postergada a divulgação de pesquisas oficiais recentes a respeito. De todo modo, disponibilidade de renda monetária, acesso físico aos alimentos e regulação de preços e qualidade constituem um primeiro e urgente conjunto articulado de ações. Já se disse que a fome mata e não pode esperar. Basta observar quem ainda perambula pelas ruas semidesertas dos bairros onde antes podiam contar com atitudes que atenuam situações de miséria e fome (pequenos donativos, sobras de restaurantes e padarias, oferta de “quentinhas”, etc.), ou atentar para as favelas e bairros periféricos que só serão enxergados em episódios de revolta.

É possível e urgente acionar o importante arsenal de instrumentos de política pública criados no país nos últimos anos e em processo de desmonte desde 2016, intensificado a partir de 2019. O mais premente é a ampliação imediata da transferência direta de renda aos mais necessitados (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Aposentadoria e a recém aprovada e tímida Renda Básica de Emergência), combinada com a retomada da valorização permanente do salário- mínimo ampliado em sua abrangência. Há um Cadastro Único para programas sociais que facilita em muito a identificação

dos necessitados, complementado pela chamada busca ativa. No entanto, se não faltam instrumentos, aqui reside um dos pontos de conflito aberto com a bíblia neoliberal hoje em mãos de Paulo Guedes e equipe, um conflito mais ideológico que de recursos como o revela a mera comparação da agilidade e dos montantes astronômicos com que são “irrigados” os capitais, e os sempre “problemáticos” mecanismos de transferência de uma renda mínima aos mais pobres. Devem temer que as fissuras provocadas pela pandemia na narrativa dominante não possam ser revertidas quando ela passar e termine por legitimar, uma vez mais, o papel do Estado e o uso de recursos públicos na proteção social da população.

Junto com a renda monetária, os alimentos para uma alimentação adequada e saudável devem chegar onde moram os que deles necessitam por meio de equipamentos de varejo e serviços de alimentação lá instalados ou por concessão pública (varejões móveis e feiras). Qualificar o pequeno varejo tradicional pode ser a oportunidade para iniciar a reversão do predomínio nesses estabelecimentos de produtos que refletem a pauta da indústria e das redes de supermercados, notadamente os alimentos ultraprocessados. As ações comunitárias fruto da crescente solidariedade entre iguais que já se verifica em favelas e bairros periféricos podem ser estimuladas a incorporar o acesso aos alimentos em outras direções para além da necessária distribuição emergencial de cestas de alimentos. Os alimentos e a alimentação são fonte de vida (saúde) ao mesmo tempo em que geram emprego e ocupação.

Em todas as regiões do Brasil já há um universo significativo e variado de produção, processamento e comercialização de alimentos oriundos da agricultura de base familiar que circulam através de circuitos curtos, feiras, oferecimento de cestas entregues em domicílio etc. Consumidores com melhor condição social têm se organizado para estabelecer conexões com agricultores familiares e suas associações, em especial com



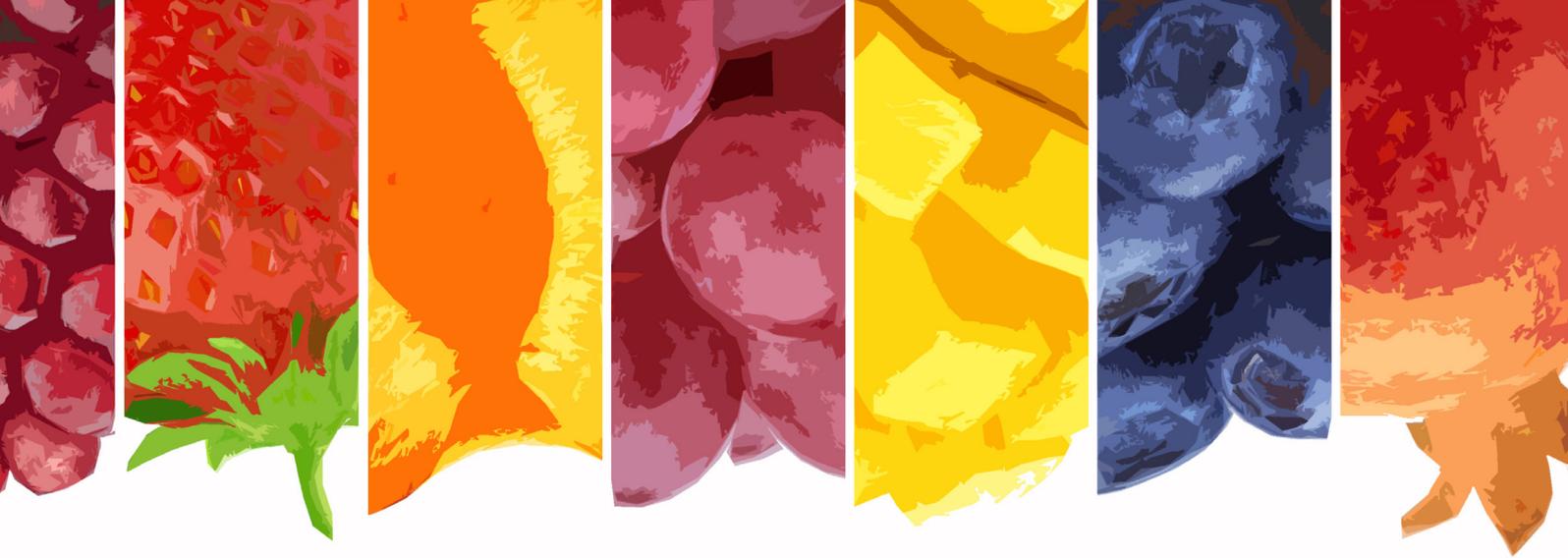
aqueles que se dedicam à produção orgânica e agroecológica. Muitas cidades de porte médio e bairros das grandes cidades contam com feiras regulares às quais têm acesso direto os agricultores. Faltam a essas iniciativas visibilidade e facilidades de logística que poderiam ser objeto de apoio por parte das administrações municipais, inclusive com o intuito de ampliar seu raio de ação na direção da população periférica, em articulação com as ações mencionadas no parágrafo anterior. Tais circuitos e redes constituem um dos caminhos mais promissores porque favorece o acesso a produtos frescos e pouco processados, com menor requisito de transporte e mais próximos das culturas alimentares e da biodiversidade.

Referência específica deve ser feita ao Programa Nacional de Alimentação Escolar nos moldes em que vem operando desde 2009. Sabe-se que a chamada merenda escolar é a principal, quando não a única refeição diária de milhões de crianças pobres no país. Estamos falando do oferecimento diário e gratuito de refeições a cerca de 40 milhões de escolares em todos os municípios do país, uma conquista sem dúvida. O necessário fechamento das escolas não pode interromper esse serviço essencial e nem comprometer o mecanismo de compra prioritária e direta da agricultura familiar local ou regional, com as devidas adaptações. O que se propõe é a entrega periódica de cestas de alimentos para as famílias dos escolares adotando estratégias que evitem aglomeração, com alimentos prioritariamente produzidos pela agricultura familiar, assegurando o escoamento da produção e a renda de agricultoras(es) fornecedoras do PNAE e evitan-

do o desperdício de alimentos. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve manter, neste período de quarentena, a transferência de recursos aos estados e municípios, autorizando sua destinação para a compra de cestas de alimentos e/ou transferência direta de renda às famílias dos escolares. Com projeto de lei já aprovado pelo Congresso Nacional, mas pendente de sanção presidencial e regulamentação, governos estaduais e municipais deram início à distribuição de cestas para famílias de escolares, porém, há o temor de que a insuficiência de recursos permita atender menos da metade do público regular.

Igualmente imediata deve ser a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, outra importante e inovadora conquista no âmbito das políticas públicas que chegou a operar R\$ 850 milhões anuais, atingindo 185 mil agricultores familiares e 24 mil entidades assistenciais em todo o país; em 2019, a soma de todas as modalidades de compra do PAA não chegou a R\$ 100 milhões. Entre as modalidades operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), bem como por estados e municípios, propõe-se privilegiar a Compra com Doação de Alimentos, operacionalizada por meio das organizações sociais, associada à distribuição de cestas de alimentos às famílias carentes e em situação de vulnerabilidade.

Não se trata de ignorar, por evidente, o lugar predominante ocupado pelo monocultivo agrícola e a criação animal de grande escala e farta utilização de venenos, pelas grandes corporações agroindustriais e indústria alimentar de vem os alimentos ultraprocessados, e pelas redes de



supermercado com enorme poder de influenciar hábitos alimentares, todos apoiados em interna propaganda pelos meios de comunicação. Relembre-se a intensa oposição às tentativas de regulamentação da publicidade de alimentos no Brasil. Estes são os setores que recebem atenção prioritária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), enquanto desde 2016 já não contamos com um ministério dedicado à agricultura familiar e à reforma agrária.

Cabem ressalvas de várias ordens à compreensão corrente sobre o conjunto formado pelo agronegócio, grandes agroindústrias e indústria alimentar tido como muito produtivo e eficiente, capaz de produzir volumes enormes para exportação ao mesmo tempo em que mantém cheias as prateleiras dos supermercados. As graves repercussões socioambientais do modelo agropecuário, os conflitos sempre frequentes no campo, a despeito da prevalência de dietas monótonas e danosas à saúde humana e o crescimento do sobrepeso e obesidade sobressaem entre as ressalvas mais evidentes. A chamada eficiência e competitividade privada não se sustenta sem o farto apoio de recursos públicos, tais como crédito barato nem sempre pago, benefícios fiscais, amplo aparato de pesquisa igualmente pública (EMBRAPA e congêneres estaduais) e obras de infraestrutura.

Ao contrário da narrativa de tranquilidade difundida pelo Ministério da Agricultura, o balanço produzido pela CONAB e analistas do setor agropecuário apontam para um quadro, no mínimo, de incertezas em face dos baixos estoques públicos. O real desvalorizado tem favorecido as exporta-

ções e a concentração da produção nacional na soja, com estagnação da produção de arroz e feijão. Acrescentem-se a elevação dos preços do arroz em casca em 2019 e a não recomposição de estoques públicos de arroz, feijão e milho. O quadro de incertezas se estende também às carnes, de modo que o mercado interno de alimentos deverá se manter com preços elevados. Seria preciso uma ação integrada, coordenando os setores envolvidos na esfera federal e, em diálogo com estados e municípios responsáveis por parte significativa das ações de abastecimento alimentar, com especial atenção às políticas direcionadas à agricultura familiar.

Propõe-se instituir, imediatamente, o monitoramento nacional e regionalizado dos fluxos e preços dos alimentos integrantes da cesta básica por intermédio do sistema CONAB/CEASAS, visando controlar a especulação em preços e atuar em face de episódios de desabastecimento, contando com o apoio do DIEESE para isto. Há que promover a imediata recomposição dos preços mínimos e assegurar recursos para que a Conab possa adquirir, em especial arroz, feijão, milho, leite e farinha de mandioca. Já se destacou mais acima a importância de fortalecer circuitos curtos e de proximidade de comercialização de alimentos adequados e saudáveis, articulados com a promoção de equipamentos de varejo (pequeno comércio, feiras etc.) que garantam o acesso a esses alimentos pelas famílias mais vulneráveis e moradores nas periferias. As iniciativas de agricultores/as e grupos de consumidores visando a compra direta da produção da agricultura familiar e das redes de comercialização agroecológicas



O protagonismo dos governos estaduais e municipais na presente pandemia tem aberto espaço para a materialização de algumas iniciativas como as aqui sugeridas. Entidades da sociedade civil têm pleiteado se engajado na constituição Comitês de Emergência em Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito dos estados e municípios. No entanto, é impossível pensar na plena implementação de ações e políticas públicas na direção do que aqui se expôs na ausência de um marco institucional como o antes existente



permite o acesso a alimentos saudáveis, mitigando os riscos de contágio.

Esforço conjunto com as administrações municipais deve ser dirigido para a gestão de equipamentos públicos de abastecimento (varejões, sacolões, mercados municipais, feiras) que atenda os esforços na direção aqui apontada, para além de suas finalidades mercantis específicas, e com os devidos cuidados para reduzir o risco de contaminação. Esse é o caso das feiras livres, em especial as feiras orgânicas e agroecológicas, cujo funcionamento deve estar sob coordenação das equipes de saúde de forma a minimizar o risco de contágio (orientando feirantes e população, ajustando a disposição das barracas, fluxo de pessoas, horário de funcionamento, disponibilizando material de higiene, entre outros).

Igualmente importante é assegurar a proteção sanitária e social das/os trabalhadoras/es em todas as atividades do sistema alimentar de quem dependemos para assegurar o abastecimento de alimentos, instando empregadores na agricultura, indústria e comércio a adotarem medidas concretas nessa direção, e orientando trabalhadoras/es formais e informais sobre procedimentos requeridos com fornecimento de material de higiene. As administrações municipais têm papel preponderante na continuidade, adequação e ampliação dos chamados equipamentos de segurança alimentar e nutricional, ainda mais essenciais em emergências como agora. Em 2018, existiam no Brasil 152 restaurantes populares, 107 bancos de alimentos, 139 cozinhas comunitárias e 642 unidades de distribuição da agricultura familiar.

A agricultura de base familiar e diversificada carece de políticas de emergência para continuar cumprindo com seu papel de garantir “comida de verdade”. Entre elas, podem ser citadas: prorro-

gar o vencimento do custeio da agricultura familiar até 31/12/2020, e do investimento para seis meses após o vencimento no âmbito do PRONAF; suspender a inscrição dos débitos oriundos dos financiamentos da agricultura familiar na Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2020; criar linha de crédito emergencial para agricultores(as) familiares, com taxa de juros subsidiada; liberar pagamento do Garantia-Safra a todos os(as) agricultores(as) familiares que aderiram ao programa dos municípios em estado de emergência; liberar recursos que garantam o direito à água no semiárido através do Programa Um Milhão de Cisternas (água para consumo humano) e Uma Terra duas Águas (água para produção); assegurar equipes de Atenção Básica de Saúde nos assentamentos da reforma agrária, comunidades rurais e de povos e comunidades tradicionais, para orientar como prevenir a contaminação por coronavírus.

Chegou-se a formular uma proposta de política nacional de abastecimento alimentar para o Brasil, orientada pela promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) liderou esse debate com intensa participação social ao longo de sua existência, desde 2003, antes de passar por crescente esvaziamento a partir de 2016 que levou ao seu fechamento já nos primeiros atos da Presidência da República instalada em 2019. A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), antes de ser igualmente desfeita no ano de 2019, chegou a gerir um orçamento de R\$ 2.5 bilhões em 2014, tendo articulado no interior do Governo Federal um bom número de ações relacionadas com o abastecimento alimentar, a maioria delas envolvendo participação dos governos estaduais e municipais no âmbito do desfeito Sistema Na-

cional de Segurança Alimentar e Nutricional (SI-SAN). Não obstante, o Brasil continua com significativo acúmulo em termos de mobilização social e geração de conhecimento no campo da SSAN e do DHA, mobilização capaz de produzir o elenco de propostas recém lançado, além de estar em pleno processo preparatório de uma Conferência Nacional Popular, Autônoma e Democrática em SSAN, em reação ao fechamento dos espaços de participação social pelo Governo Federal.

O protagonismo dos governos estaduais e municipais na presente pandemia tem aberto espaço para a materialização de algumas iniciativas como as aqui sugeridas. Entidades da sociedade civil têm pleiteado se engajado na constituição Comitês de Emergência em Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito dos estados e municípios. No entanto, é impossível pensar na plena implementação de ações e políticas públicas na direção do que aqui se expôs na ausência de um marco institucional como o antes existente, participativo, intersetorial e sistêmico. Daí ser obrigatório afirmar esse requisito em vista de qualquer esforço de reconstrução do Estado brasileiro em bases democráticas, com respeito a direitos e efetiva participação social na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas.

Como fartamente revelado nos estudos a respeito, as distintas concepções, conflitos e contradições capturados pela ótica na política dos alimentos e, claro, as escolhas daí resultantes têm uma relação de mão dupla com a política em geral. Um ambiente democrático e um Estado permeável à participação da sociedade depende o debate aberto das opções que levam a uma alimentação adequada e saudável para todas/os, ao mesmo tempo em que é fácil notar como os poderosos interesses que hegemonomizam o agroalimentar restringem essa possibilidade.



CULTURA

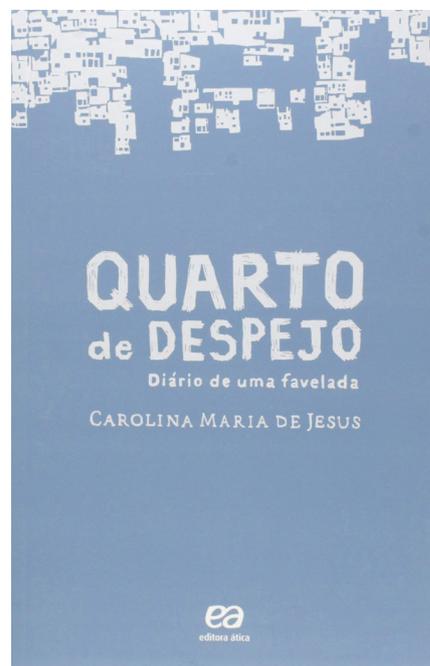
FOME, CAROLINA DE JESUS

Texto: Fabiana Damásio



Carolina Maria de Jesus. | Foto: Reprodução

Dentre os livros que me acompanham, um em especial, tem estado mais presente em tempos de Covid-19. O título é “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, de autoria de Carolina Maria de Jesus. Decidir sobre que livro quero ler, em um dado momento evidencia o que me inquieta. Estas inquietações se avizinham e afundam-se no meu silêncio. As biografias e os diários, pois prenunciam a alma de outrem para além da natureza de escrita. O Quarto de Despejo foi morar na minha cabeceira, desde quando fui a Moçambique, em 2017, trabalhar no campo da saúde e segurança alimentar, em zonas de grande pobreza, vulnerabilidade e fome. Carolina, em sua narrativa, me contou o dia a dia de uma família que mora na favela, como vivem as pessoas e a sua luta incessante para garantir o ganha-pão. Com o dinheiro que recebia da venda de papelão, compravam exclusivamente a comida básica para matar a sua fome e a dos seus três filhos. Sabão ou acessórios de cozinha, viram supérfluos quando se tem fome. Em cada dia do seu diário, aparece não só a sua luta, mas o sentimento vivo e sofrido de alguém que levanta todos os dias, em busca de alimento, para garantir a sobrevivência. A fome protagoniza o horror que dói nas pessoas incessantemente. A comida que se apresenta como possível sustentar a condição de sobrevivida, sem dar a quem tem fome o direito de fazer nada além disso.



A fome sequestra do ser humano a condição de viver. Por outro lado, a fome de palavras de Carolina, garantia lucidez em meio à adversidade. Palavras que foram reveladoras de um cotidiano, em que define a favela como o quarto das surpresas, onde "os favelados comem quando arranjam o que comer", como disse ela. Da década de 50, Carolina, enuncia o tempo pretérito que perdura em pleno século 21. Na década de 80, a sociedade foi alertada por Betinho, quando disse que quem tem fome tem pressa. Hoje, diante de uma grave pandemia, que também afeta duramente o Brasil, novamente o fantasma da fome que sempre seguiu persistente, aparece na luz do dia das desigualdades sociais. De modo frequente, os jornais publicam notícias que os impactos da Covid, tendem a ser maiores entre os mais vulneráveis.

O Brasil tem alta densidade populacional e, segundo os dados apresentados em 2018 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 5,2 milhões de brasileiros passam fome. A Covid-19, vem desvelando a fome presente no país em dois sentidos: a já existente, e que se faz visível, seja nas favelas, seja entre moradores de rua, e a que se manifesta entre os que trabalham, para garantir o prato de todo dia, e que neste momento estão sem condições de realizar suas atividades, e que não tinham reservas para seguir comendo e garantindo sua sobrevivência. Numa linha histórica da fome, todas as políticas estruturadas em maior ou menor grau, a depender da vontade política e dos planos de governo, ainda não foram suficientes para sanar uma das mais pungentes formas de violação da dignidade humana. Carolina, com a sua narrativa contundente, enuncia a dor de quem não tem o que comer, e traduz com afinco o que hoje a Covid-19 evidencia: a fome no século 21, revela as desigualdades sociais incrustadas nas formas de organização social, cristalizadas ao longo da história. Hoje, o isolamento tem sido a condição essencial para evitar a contaminação, e nos convoca a sustentar o direito à saúde para cada cidadão e a diminuir mortes pelo Covid-19. E não pode ser para o pobre um ato de despejo. O exercício de garantia de equidade e justiça social, é de responsabilidade de um coletivo de uma sociedade, que precisa fazer emergir de modo genuíno, o exercício da solidariedade como lição de empatia e condição necessária de sobrevivência. Acabar com a fome, é um antecedente para sustentar a vida com dignidade, principalmente em tempos de pandemia, e seguir com os demais cuidados à saúde. Como disse Carolina: "A comida no estômago é como combustível nas máquinas. (...) Comecei a sorrir como se estivesse vendo um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo que comer?"



ARTIGO

Povos Indígenas: Alimentos, Ancestralidade e Sagrado em Tempos de Crise

Daniel Iberê (Guarani M'byá)

**Um jardim que tem apenas uma espécie de flor,
não é um jardim.
Ele só tem um aroma.
O que torna um jardim bonito
é a variedade de plantas.
A vida sem a pluralidade,
ela fenece...ela fica triste...
A vida morre...
(Miguel Jorge - Tata Endy)**

Introdução

Se uma planta não pode viver de acordo com o seu modo de ser, então ela morre; o mesmo acontece com todos os seres humanos e não-humanos. Quando nós, povos Guarani, não podemos viver de acordo com o ñanderekó, *nosso modo de ser*, a vida fica triste, a vida mingua, a vida morre.

As florestas, as caatingas, os cerrados, as pradarias... são também jardins a nos ensinar a beleza dos saberes profundos e diversos dos povos originários, que desde tempos imemoriais insistem em replantar vidas – dos seres humanos e não-humanos, visíveis e invisíveis – enraizando saberes, aprendendo a paciência das pedras com a profundidade das raízes.

Pensar desde os povos indígenas, aqueles que guardam nos alimentos o enraizamento de suas culturas, o respeito profundo pelo sagrado, é um convite ao olhar atencioso, amplo e distinto das noções ocidentais sobre segurança e soberania alimentar.

Pensar o alimento desde os povos originários é, antes de tudo, uma atitude de insurgência e rebeldia, de mulheres e homens e crianças e avós que carregam sobre seus ombros o peso maior de uma luta contra a exploração, contra os apagamentos, contra o assassinato das memórias e a imposição do discurso monológico de um poder que não reconhece outro que não seja o eco de seu próprio pensar. Vítimas anônimas que pagam o preço de existir, que insistem e resistem ao domínio das indústrias do veneno, mas que sofrem na própria pele os efeitos do colonialismo, que segue avançando sobre o solo sagrado da Mãe Terra.

Pensar o alimento desde os povos indígenas é percebê-lo fonte que nutre o corpo e fortalece o espírito; é convidar para o partilhar generoso de mundos em que caibam muitos mundos, que abrigam um sem fim de vidas nas quais diferentes, iguais, múltiplos e complexos seres, de sagrada “natureza” e “alma”, habitam em desafio de coabitar, de coexistir, de conviver, de bem viver.

É pensar o alimento produzido nos nossos territórios, demarcados e autônomos, um alimento livre de sangue de genocídio, agrotóxico ou transgenia, uma semente que carrega consigo as memórias de muitos mundos.

Os povos originários sustentam o que resta da diversidade do planeta. E o fazem enfrentando a reprodução ampliada do grande capital mundial e toda sorte de ataques dele decorrentes – reduzindo toda diversidade natural a “recursos naturais” e os seres humanos a “recursos humanos”. Superando e removendo, a qualquer preço, todo tipo de “obstáculos e barreiras” físicas, naturais, culturais - que possam interferir no trato de toda biodiversidade como único “espaço econômico” global do capital (Ver a este respeito: IBERÊ, 2015).

Os sistemas diversos de produção de alimentos estão ameaçados e, com eles, os conhecimentos locais, os modos de fazer, ser e viver – os saberes milenares dos povos originários.

Para termos uma ideia, o Relatório da FAO (2019) aponta que 75% da diversidade genética de plantas foi perdida desde 1900. Das 250.000 a 300.000 espécies de plantas comestíveis conhecidas, apenas 150 a 200 são utilizadas pela espécie humana e, apenas 3 - arroz, milho e trigo - contribuem, com aproximadamente 60% das calorias e proteínas obtidas das plantas por seres humanos. Atualmente, 75% dos alimentos mundiais são gerados de apenas 12 plantas e 5 espécies de animais, e apenas 9 respondem por 66% da produção agrícola total.

Este é o ponto que nos toca e nos inquieta, neste momento em que o mundo enfrenta, uma vez mais, a reedição de uma crise econômica, social, política e cultural, das estruturas do Capital, aliada à uma crise sanitária decorrente da Pandemia da Covid-19.

Nestes dias em que é mais fácil pensar na aniquilação total da humanidade do que imaginar uma ruptura com uma sociedade manifestamente injusta e destrutiva, sociedade que se mostrou incapaz de sanar os problemas que ela mesmo criou, parece mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do Capital.

De um lado, a Mãe Terra se decolonializa para que nós, povos originários, contracolonizemos. Se é verdade que poucos dias foram necessários para vermos germinar e florescer a solidariedade, a busca por autonomia, em vários lugares do mundo, mesmo onde os julgávamos extintos, para vermos ressurgir valores ancestrais, redescobrimos o prazer de estarmos juntos, respirarmos um ar mais puro, apreciarmos o caminhar dos animais, o voo sem vestígios de um passarinho no céu, para as águas recobrem parte de sua limpidez original – também é verdade que poucos dias foram necessários para que vissemos avançar sobre muitos de nossos territórios o garimpo; a grilagem de terras; as invasões constantes para extração de madeiras e outras riquezas; as queimadas; a pressão dos ruralistas para estender seus domínios; o aumento do uso ostensivo de agrotóxicos – que cada vez, mais e mais, são legalizados por um desgoverno que age na contramão dos direitos já conquistados, criando (por sucessivos decretos e projetos de lei) uma legislação claramente anti-indígena.

Como se isso não bastasse, não há qualquer plano de contenção da pandemia voltado para os povos indígenas que, por meio de suas próprias organizações, têm procurado se proteger à revelia das ações abusivas de um Estado descaradamente ligado aos interesses do mercado financeiro, da bancada ruralista, do agronegócio e das religiões neopentecostais.

Em um país, cuja desigualdade social é a maior do mundo, os povos indígenas seguem sofrendo o avanço do deus capital e sua carga brutal de atrocidades: a pata do boi avança sem descanso, a fumaça continua a sufocar, o desmatamento, entre agosto de 2019 e março de 2020, mais que dobrou. No primeiro trimestre deste ano, cresceu 30% em relação ao ano anterior: 796 km² devastados. O preço do ouro dispara

na Bolsa e as invasões em territórios indígenas atingem níveis absurdos. A fome segue matando 8.500 crianças por dia, embora a vacina exista, e se chame comida. “Cada ano detonam, silenciosamente, sem estrépito algum, três bombas de Hiroshima sobre estes povos que têm o costume de sofrer com os dentes apertados” (GALEANO, 1999, p. 7), são cada vez mais secretas as manchas oriundas da miséria induzida: morre-se de fome e também pelas enfermidades democráticas de doenças curáveis.

Contra os viveres coletivos, contra os universos que se desdobram, o Colonialismo cria desertos. Em seu espaço árido, na acumulação de seus tempos desiguais, as desigualdades se acumulam, as contradições se acirram.

A indústria do agrotóxico – indústria da morte – segue seu ataque à alimentação e à saúde de todas e todos nós, contribuindo com o avanço de números cada vez mais assustadores de doenças provocadas pelos venenos injetados e pulverizados nos alimentos que são postos às nossas mesas.

O Brasil possui a maior concentração fundiária do mundo. Segundo Relatório da OXFAM (2019), menos de 1% das propriedades agrícolas detém quase metade da área rural brasileira. Dados do Atlas da Terra Brasil 2015, feito pelo CNPq/USP mostram que 175,9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil. (FARAH, 2015).

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), o latifúndio cresceu 47,5%. A área ocupada pelos 2.000 maiores latifúndios no país é igual a 4 milhões de propriedades rurais.

Isso tem significado a diminuição de moradores no campo, a estrangeirização das terras no país, a expulsão dos povos originários de seus territórios ancestrais, conflitos, assassinatos e massacres. E uma insegurança alimentar crescente, marcada pelo avanço de “comidas”, “não-

-alimentos” cada vez mais e mais altamente processados

No Brasil, o total de terras sob suspeita de serem griladas são mais de 100 milhões de hectares, quatro vezes a área do estado de São Paulo.

Este cenário está diretamente ligado ao avanço do agronegócio sobre os espaços, terras e territórios indígenas no país. Sobretudo quando a política oficial segue privilegiando este setor – em detrimento dos povos ancestrais. É o que se pode perceber, por exemplo, nas palavras do responsável pela reforma agrária no país, o Secretário Especial de Assuntos Fundiários, Luiz Antonio Nabhan Garcia: “Hoje, o maior latifundiário do país é o índio”, diz aquele que, sozinho, detém o poder de mais de 200 milhões de hectares de “Pátria Amada” (ANGELO, 2019).

Devemos dar razão a Fernando Baéz (2010, p.297) quando afirma que “qualquer decisão do que se deve recordar é uma forma dominada de saber o que se deve esquecer”. São vários os modos de identificar que fazem desaparecer.

E o que se silencia quando se impõe esquecimento?

Silencia-se o que se tornou evidente no último Censo (IBGE, 2010) sobre os povos indígenas (e isso já faz uma década). Somos, no Brasil, **896,9 mil** indígenas dos quais, **379,9 mil** simplesmente não possuímos território e, grande maioria, estamos espalhados pelas periferias das cidades, desassistidos de quaisquer políticas públicas por parte do Estado, que reconhece como indígenas apenas aqueles que estão em territórios demarcados.

Outros **517 mil** indígenas estão distribuídos em **1.239 terras indígenas**. Deste total, apenas **401** são demarcadas, **306** estão em alguma das etapas de demarcação, **65** sequer são reconhecidas como de ocupação tradicional e, pasmem,

530 estão ainda sem nenhuma providência por parte do Estado para dar início à sua demarcação (CIMI, 2020).

Somos 305 Povos Indígenas com mais de 270 línguas e ocupamos apenas 12,5% de todo território nacional. Para efeito de comparação: menos de 1% dos grandes latifundiários ocupam mais de 50% das terras produtivas deste país. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, são 38 etnias com 9 povos não-contatados e ocupam, todos eles, apenas 0,2% do território daquele estado.

Essa indústria do agrotóxico, mensageira de morte, segue cada dia mais forte como política prioritária do desgoverno federal, implacável no ataque a qualquer forma de cultivo e alimentação que tenha como princípio a saúde da Terra e das populações.

O agronegócio transformou o Brasil na lixeira tóxica do mundo. 20% de todo agrotóxico comercializado mundialmente tem seu destino certo no solo e nas águas do país, o que corresponde a 1,48 bilhão de litros de pesticidas vendidos.

Isso significa que cada brasileiro consome, em média, 7,6 litros de agrotóxicos por ano. De 2008 a 2017, por exemplo, a soma de óbitos devido aos efeitos tóxicos, envenenamento por agrotóxico ou exposição ambiental, autointoxicação intencional, entre outros fatores, chegou a 7.267 casos (SUDRÉ, 2020).

Segundo o último balanço divulgado pelo Ministério da Saúde (e já faz algum tempo), de 2007 a 2015 foram registrados mais de 84 mil casos de intoxicação por agrotóxicos (ABRASCO, 2019). Mais terrível ainda é que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a subnotificação dos casos de intoxicação por agrotóxicos é da ordem

de 1 para 50, ou seja, para cada caso notificado, há 50 não notificados (DOSSIÊ ABRASCO, 2015).

Não bastasse tudo isso, existem ainda os agrotóxicos ilegais, os quais não entram nos cálculos: um Relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social das Fronteiras (IDESF) aponta que 20% dos agrotóxicos vendidos no país são de origem ilegal. Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) estima que o número chegue a 24% (GIMENES, 2020).

Em 2019, o governo Bolsonaro atingiu recorde histórico de liberação de agrotóxicos: das quase 475 novas substâncias aprovadas, 52 são consideradas altamente tóxicas e 110 extremamente tóxicas¹. Dos produtos liberados, 34% são proibidos na União Europeia.

Durante a Pandemia da Covid-19, o desgoverno federal dá prosseguimento às suas políticas de morte: mais 118 agrotóxicos foram aprovados, graças à Medida Provisória 926 e ao Decreto 10.282, ambos de 20 de março, por serem considerados “atividades essenciais” durante a Pandemia.

Estudos produzidos pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), por pesquisadores da Fiocruz e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) revelam que o valor que o desgoverno federal e os estados deixam de arrecadar com a isenção fiscal dos pesticidas é equivalente a quase quatro vezes o orçamento total previsto para o Ministério do Meio Ambiente neste ano (R\$ 2,7 bilhões), e mais que o dobro do que o SUS gastou em 2017 para tratar pacientes com câncer (R\$ 4,7 bilhões).

1 FONTE: Diário Oficial da União. Classificação feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Neste ponto, é importante salientarmos que, quem de fato põe alimento à mesa do brasileiro são os pequenos agricultores. 70% dos alimentos no Brasil são produzidos por pequenos agricultores. São eles responsáveis por 70% dos empregos no campo e constituem 84% dos estabelecimentos rurais.

A despeito de tudo isso, em 2020 os investimentos para o Agronegócio são da ordem de R\$ 225,59 bilhões, ao passo que para a agricultura familiar, por meio do Pronaf, são apenas R\$ 31,22 bilhões. Como se vê, o relacionamento do Estado brasileiro com o alimento de seus cidadãos é um relacionamento agrotóxico.

Em um país cuja concentração fundiária é a maior do mundo, o direito à cultura alimentar dos povos indígenas passa diretamente pelo reconhecimento e luta por nossos territórios. Atacar a diversidade de sementes que secularmente domesticamos e cultivamos também constitui etnocídio, não apenas de nossas histórias, de nossas memórias, de nossas culturas, mas de toda humanidade.

Importante acrescentar, que o Brasil tem mais de 83 mil km de rios poluídos, como aponta a Agência Nacional de Abastecimento – ANA (RESK, 2019). 31 milhões de brasileiros não têm água encanada em casa. 11,5 milhões moram em casas com mais de 3 pessoas por quarto. 5,8 milhões não têm banheiro. 87% dos rios do país estão contaminados. 7,6 milhões de pessoas não possuem moradia², e 7,9 milhões de moradia não possuem pessoas (IBGE, 2015). Não há água potável em nenhuma comunidade indígena.

Para estas pessoas, as recomendações de isolamento social e de cumprimento de outros protocolos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS),



como lavar as mãos com frequência, não fazem muito sentido.

Como pensar, nesse contexto, a alimentação na perspectiva dos povos indígenas?

O alimento reflete as formas de ser, fazer e sentir da sociedade que lhe deu origem. Reflete as relações da sociedade que o produziu. No trato com o alimento, há algo que ainda não foi capturado pelo pensamento colonial, há algo que escapa a qualquer apropriação, a qualquer captação apropriadora, pois isso significaria o fim de um tipo de relação que encerra no alimento as contradições do próprio colonialismo.

Um tipo de relação que separou o fazer, do feito e de seu fazedor, que separou o alimento de todas as relações que o envolvem e o constituem, como a relação com o sagrado, com os ritos, com narrativas ancestrais que consagram saberes que se manifestam nos planos visíveis e invisíveis.

O alimento então, para nós, povos indígenas, não é apenas o que se come pela boca. Como tudo que vibra e pulsa, o alimento guarda em si uma complexidade de fatores, carrega memórias, ancestralidades, vidas em plenitude.

Podemos começar falando de como milenarmente ocupamos nossos territórios, cultivamos nossas sementes, desvendamos seus mistérios, propriedades, usos. Cada semente carrega universos de histórias, que muitas vezes têm seu brotar em sonhos e visões. Nesse âmbito, construímos nossos saberes sobre sua natureza, o ambiente e o tempo propício para plantarmos, cultivarmos, colhermos, e então as transformamos em alimentos para nossos corpos, mentes e espíritos.

Nossos ancestrais nos ensinaram que pertencemos, em igualdade, às terras, às águas e a todas as formas de vida que são fundamentais para nosso estar, para nosso caminhar neste planeta. Por isso, perpetuamos ritos diversos no trato com todas as fontes de alimento. Isso afeta e define as formas como lidamos com a vida, em sua multiplicidade e pluralidade.

Por isso, é alimento o que a boca come, o que a pele absorve, o que o nariz inala. Os ritos são

alimentos, os rezos são alimentos, o que vem do sopro dos nossos pajés são alimentos. Os alimentos fortalecem e curam nossos corpos, mentes e espíritos.

Quando uma criança nasce, ela precisa ter seu corpo alimentado e protegido com tintura de jenipapo. Em tempos de doenças e pandemias, esse jenipapo volta aos nossos corpos, assegurando nossa proteção. Ele também está presente nos momentos de festejarmos a vida, lutarmos por nossos territórios e chorarmos nossos mortos. Além disso, pode ser transformado em bebida.

Por isso sabemos que, para que todos esses usos permaneçam, o jenipapo precisa existir, para que se converta em pintura e arte, em alimento que adentra e perpassa vários planos, para além do que nossos olhos podem ver.

Por isso, guardamos respeito e acumulamos sabedorias sobre os alimentos e seus ritos: o tempo de plantar, as rezas para consagrar, os cantos, as danças, a forma como ingerimos, os encantados que convocamos, porque os alimentos são nossos parentes, porque neles habitam as palavras-alma, palavras que se desdobram, palavras primordiais. O que nos alimenta nos constitui, passa a fazer parte de nós, a viver em nós, a nos habitar.

Cada alimento tem seus guardiões. Por isso, pedimos licença, por isso reverenciamos e agradecemos. Nessas relações, os alimentos ensinam sua pedagogia. Um dos princípios é a partilha, a comunhão. Outros, são os seus usos, ritos e rituais, o que se pode comer, quem pode, quando, como, onde e porquê.

Os alimentos compõem as dietas individuais ou coletivas. Nos tempos primeiros, quando um Guarani era enterrado, com ele se colocavam algumas frutas para lhe servirem de alimento em seu outro caminhar.

Há ritos que exigem o consumo de um único alimento, há ritos que exigem a abstenção de alguns alimentos, e tudo tem um sentido, para que tudo esteja em harmonia com ciclos de regeneração permanentes, continuamente renovados e fortalecidos.

Para que isso se concretize, é fundamental a existência de águas limpas, ar puro, florestas em toda sua diversidade e riqueza, em pé, para que tudo que envolve cada ser vivo que compõe esse universo (plantas, ervas, frutos e flores, aves, peixes...) continue existindo. Sem isso, nossas formas de ser e viver são afetadas, muitas vezes sem reparação.

Quando se perde um alimento, quando uma única semente se perde, perde sua vitalidade original ou deixa de brotar – isso significa uma ruptura com formas de viver que perderam também as condições primeiras de existir, é um universo que deixa de existir.

Há uma rede de relações muito complexas e profundas que penetram vários mundos, visíveis, mas também mundos outros que só são vistos por alguns. É fundamental falar que o alimento que alimenta o corpo é fruto de narrativas que vão se entranhando em vários mundos, construindo e fazendo germinar, nascer e fortalecer universos e suas sabedorias, ininterruptamente. E, nisso, as culturas originárias do mundo inteiro se irmanam.

Por isso, caminhando seguimos insistindo e replantando a vida, mesmo que o latifúndio, mesmo que a soja, mesmo que a pata do boi, mesmo que o garimpo, mesmo que o poder que manda sem obedecer.

**...Um dia levaram perfumes, temperos e seivas.
Em outro levaram as sementes.
Dia desses levaram brilhantes.
Depois, ou antes animais e aves coloridos.
Não satisfeitos, agora levam as árvores inteiras,
só desgalam para aparecer verde só o selo.
Só não levam os jardineiros, que sem temperos,
sem árvores e sem ouro,
empatam nas periferias das cidades e da floresta,
insistindo e replantando as flores.
(Jones Dari Göettert – Lugares, Jeitos e Sujeitos)**

Sigamos, então, irmanados aos Povos Originários – que abrem às nossas tragédias os caminhos do Arandu, que insistem e lutam semeando sementes de rebeldia e liberdade em nosso caminhar sobre a *ywy mba'e megua*, *terra enferma*, *terra das coisas que definham*.

Essas são minhas palavras. Caminham com meus ancestrais. E eu falei. Solidariedade e gratidão a quem pode ouvir.

Aguyjévetê!

Referências

ABRASCO – Associação Brasileira de saúde Coletiva. **Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo?** 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniaofinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo/41450/> Acessado em: 15/05/2020.

ANGELO, Claudio. **O índio não é o maior latifundiário do Brasil.** PODER 360. 27.fev.2019 (quarta-feira) - 5h50 atualizado: 27.fev.2019 (quarta-feira) - 7h05 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaogoverno/o-indio-nao-e-o-maior-latifundiarior-do-brasil-escreve-claudio-angelo/> Acessado em: 15/04/2020

BAÉZ, Fernando. **A História da Destruição Cultural da América Latina:** Da Conquista à Globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Terras Indígenas.** 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/terras-indigenas/> Acessado em: 15/04/2020.

GALEANO, Eduardo. **Las Venas Abiertas de América Latina.** Uruguay: Ediciones Del Chanchito, 1999.

GIMENES, Erick. **Cresce o mercado de agrotóxicos ilegais no Brasil.** Brasil de Fato | Brasília (DF) | 13 de Janeiro de 2020 às 04:48. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/13/cresce-o-mercado-de-agrotoxicos-ilegais-no-brasil-entenda-o-riscos> Acessado em:16/05/2020.

GÖETTERT, Jones Dari. **Lugares, jeitos e sujeitos: cortes e recortes da BR-364 acreana.** Rio Branco: EDUFAC, 2005, p. 226.

IBERÊ, Daniel. **IIRSA: A Serpente do Capital:** pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antonio e Jirau). Rio Branco: EDUFAC, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010.**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio PNAD 2015.**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário.** 2017.

DOSSIÊ ABRASCO: **um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FAO. **The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture,** J. Bélanger & D. Pilling (eds.). FAO Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture Assessments. 2019. Rome. 572 disponível em: (<http://www.fao.org/3/CA3129EN/CA3129EN.pdf>) Acessado em:16/05/20

FARAH, Tatiana. **Concentração de terras cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe.** O GLOBO 09 JAN 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053> acessado em 17/05/20

Alimentam, também, estes escritos, saberes e conhecimentos milenares, narrativas de muitos ancestrais. Essas palavras não terão cor ou sabor se os desagradarem ou ofenderem.



Tatiana Coura Oliveira **e** **Monise Viana Abranches**

O convite para este diálogo surge a partir do manuscrito *(In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2* publicado nos Cadernos de Saúde Pública em 25 de março deste ano, período inicial da crise na saúde no Brasil. O texto convida para a reflexão da dimensão sanitária, pouco discutida, mas que compõe o conceito de segurança alimentar e nutricional.

Tendo em vista a relevância da temática, questões não apresentadas no artigo encontraram aqui espaço para maior detalhamento. Ressaltamos que o campo da segurança alimentar e nutricional é vasto. Ele conta com admiráveis trabalhos realizados por profissionais em diferentes frentes de atuação. Essa entrevista é uma pequena contribuição.

A Pandemia de COVID-19 apresenta impactos distintos entre os países e, no Brasil, é possível observar que as desigualdades proporcionam efeitos mais graves em populações em condição de vulnerabilidade, dentre as quais mudanças substanciais no acesso, aquisição, escolha e preparo dos alimentos e, em muitos casos, a escassez de alimentos nos domicílios e o aumento da fome. Neste sentido, quais são os principais desafios que estão colocados neste cenário?

A resposta não é simples, mas está ancorada na dissolução das desigualdades entranhadas na sociedade brasileira. A pandemia só agrava situações críticas já instaladas. Segundo a *Síntese de Indicadores Sociais*, publicada pelo IBGE, em 2019 éramos 13,5 milhões de brasileiros vivendo em pobreza absoluta. Vejamos, por exemplo, a oferta da alimentação escolar, cujos recursos são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e que nesse momento de pandemia foi suspensa. A refeição oferecida nas escolas é, por vezes, uma das principais fontes de alimentos seguros que muitas crianças recebem diariamente, senão a única. Segundo a FAO, atualmente programas como esse beneficiam 85 milhões de crianças na América Latina e no Caribe. A fundação ABRINQ publicou o relatório “*Cenário da Infância e Adolescência no Brasil (2019)*” cujos dados obtidos em 2017 apontavam 20 milhões (47,8%) de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos em condição domiciliar de baixa renda, considerando as grandes regiões do Brasil. Anteriormente à pandemia, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno variava de acordo com a etapa e a modalidade de ensino; sendo, por exemplo, R\$ 0,36 para o ensino fundamental e médio, R\$ 0,53 para a pré-escola e R\$ 1,07 para creches. Para mi-



Tatiana Coura Oliveira | foto: arquivo pessoal

nimizar a suspensão da alimentação escolar, Minas Gerais lançou o “bolsa-merenda” visando distribuir 50 reais/mês para 385 mil alunos durante 4 meses, estratégia similar a de São Paulo onde o “merenda em casa” pretende fornecer R\$55,00/mês para 700 mil alunos da rede pública estadual, considerando como beneficiários aqueles cadastrados no bolsa família ou em situação de extrema pobreza. Os escolares compõem um, dentre outros grupos em situação de vulnerabilidade social no país, nem sempre visíveis às políticas públicas.

Os desafios são muitos e profundos porque há um “gap” entre a proposição de ações que minimizem a insegurança alimentar e sua efetiva implementação. Ainda hoje há relatos do não recebimento dos benefícios por parte

da população desde a deflagração da crise de saúde, no entanto já se passaram quase dois meses. De modo geral estes desafios consistem em:

1º elaborar estratégias não somente para populações assistidas anteriormente à pandemia, mas também ampliá-las para aqueles que até então havia sido negado o direito à cidadania;

2º operacionalizá-las de forma mais eficiente: identificar quem precisa e fazer com que os auxílios cheguem rapidamente.

3º e considerar que tais estratégias precisam ser compatíveis ao tamanho do problema.

Quais seriam os possíveis caminhos para minimizar esses efeitos durante e após a Pandemia?

A única alternativa viável é a união de esforços entre governo, sociedade civil, ONGs e a iniciativa privada em nível nacional e internacional. Uma vez estabelecido, o alinhamento deve perdurar durante a pandemia e para além dela, tendo em vista que a crise sanitária precede outras crises de cunho social e econômico. Infelizmente o não engajamento de qualquer uma das partes gera fragilidades na implementação das ações de enfrentamento. Na atual conjuntura, temos acompanhado o drama da transferência de renda básica por meio do Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 concedido pelo governo federal. Salta aos olhos a demora na liberação do recurso, bem como o número de pessoas à margem do sistema que sequer conseguiram se cadastrar. Pessoas se aglomeraram nas portas de agências da receita federal durante os dias que se seguiram ao anúncio da concessão do Auxílio para regularizarem o cadastro

de pessoa física. Existem outras tantas sem acesso ao sistema eletrônico de cadastro do benefício; ou ainda que apresentam dificuldades para manusear o recurso tecnológico necessário. O tempo não pára, a contração do mercado de trabalho impacta diretamente o número de desempregados, o que agrava a situação de recessão econômica. Tendo em vista o senso de urgência, municípios com políticas de segurança alimentar e nutricional, implementadas anteriormente à crise sanitária, demonstram mais preparo para lidar com a escassez de financiamento das ações, mesmo na ausência de coordenação federal e, por vezes, estadual. A integralidade e a intersetorialidade do planejamento e execução das políticas públicas permitem priorizar ações com garantia de orçamento.

Nesse íterim, a sociedade civil e Organizações Não Governamentais têm se articulado para o enfrentamento da fome e da propagação da COVID-19. A ONG Ação da Cidadania, por exemplo, entregou, em parceria com o Movimento Bem Maior, 40 toneladas de alimentos não perecíveis, material de higienização e 1,2 mil máscaras, para representantes de 40 entidades cadastradas no estado do Rio de Janeiro, beneficiando 4 mil famílias. Considerando o resto do país, foram fornecidas 80 toneladas de alimentos. Também a Central Única das Favelas tem distribuído cestas básicas, álcool gel e sabonetes. Presente em 24 estados, conta com a colaboração de voluntários e empresas, que juntos já entregaram 600 toneladas de alimentos. Parte do setor privado têm realizado doações financeiras a fundos ligados ao Sistema Único de Saúde para a compra de equipamentos, suprimentos hospitalares e testes rápidos, todavia a distribuição desses recursos nem sempre alcança regiões mais necessitadas.

Se por um lado há iniciativas que buscam

garantir a oferta de alimentos, por outro urge questionar: Como garantir a ingestão de alimentos de forma segura, do ponto de vista higienicossanitário, em locais onde o acesso a água encanada é incipiente e o esgoto corre a céu aberto? Em 2018, no Brasil, a média de atendimento total com rede de abastecimento de água foi de 83,6%, já o atendimento total com rede de esgotos foi de apenas 53,2%, conforme publicação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. A importância da infraestrutura sanitária é evidenciada diante de estudos que sugerem a contaminação fecal-oral como uma possível rota de transmissão da COVID-19.

Na pós-pandemia o planejamento precisará se voltar para o coletivo. Pensar o indivíduo de forma isolada não caberá na nova “normalidade” que há de se estabelecer. Ela é potência para transformação. Compete a nós, enquanto sociedade, aceitarmos este convite e nos apropriarmos da nossa responsabilidade quanto à construção de uma sociedade mais justa e solidária; redução da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais. Não será possível falar em saúde se não reconhecermos a necessidade do acesso à água potável, do esgotamento sanitário, do trabalho regulado por normas que não escravizam, da alimentação boa, limpa e justa e da educação libertadora.

Se, por um lado, sabemos que ações articuladas e em rede são fundamentais para fortalecer a promoção de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, por outro, assistimos à desarticulação e ao enfraquecimento de instâncias importantes, como por exemplo a extinção do CONSEA. Diante disso, quais são as iniciativas do governo e da

sociedade civil organizada que você considera que podem combater a insegurança alimentar e nutricional no contexto da Pandemia?

O avanço do SARS-CoV-2 no Brasil evidenciou a arquitetura de um Estado regido pela lógica de mercado e, ao mesmo tempo, demonstrou a importância de instituições de saúde, como o SUS, e de ensino, como as Universidades públicas tão fragilizadas. Apesar de escrito há 20 anos, o texto de Paulo Evaristo Arns adentra o momento atual e, por isso, ajudou a delinear uma linha de pensamento na construção de uma resposta para esta pergunta, a qual repousa em um campo de disputas ideológicas. Ele traz uma profunda, importante e atemporal reflexão: *“ninguém deveria considerar-se dispensado de dar sua contribuição, sobretudo quando é possível transformar a crise em tentativas de solução ou ao menos em união de forças para a nova fase da História”*. Há algum tempo a lógica mercantil tem influenciado a condução da política brasileira, situação agravada no atual contexto neoliberal. A extinção do CONSEA é um claro exemplo que se traduz nas palavras de Arns (2000) como uma tentativa do Estado de destruir a si mesmo. Sim, destruir partes de si, eliminando espaços institucionais que são de controle e participação social na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas; no caso do CONSEA, de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada.

É nesse contexto que se ressalta o papel da sociedade civil organizada na retomada do debate qualificado, técnico e sobretudo político; e que se considere não somente os interesses de grupos historicamente privilegiados, mas também a realidade daqueles invisibilizados, dando voz aos excluídos. O

cenário é tão complexo que enquanto parcela da população é assolada pela fome, estima-se que o setor agrícola baterá recordes de produtividade em 2020, assim questiona-se: a produtividade de quem aumentou? para quem será destinada? Não desqualificando a importância das ações emergenciais como a arrecadação/doação de gêneros alimentícios, porque quem tem fome tem pressa, como afirmava Betinho à frente da Ação da Cidadania, a insegurança alimentar é resultado de uma profunda desestruturação socioeconômica, mantida por uma mentalidade social opressiva, egoísta, desigual e que escraviza. O Brasil tem um histórico de políticas públicas importantes, mas que precisam ser aprimoradas para o combate à pobreza. Os Programas que as constituem têm se mostrado necessários para assegurar o acesso à alimentação, mas precisam ser reforçados e suas interlocuções garantidas. O planejamento das ações de combate da insegurança alimentar e nutricional deve ser dar em todos os níveis, envolvendo os atores sociais para a elaboração e o exercício de políticas públicas que promovam a conscientização e a transformação da realidade.

A situação de emergência sanitária imposta pela Pandemia de COVID-19, trouxe um impacto direto na vida cotidiana das pessoas, a partir do isolamento social e domiciliar e das condições de trabalho e emprego, bem como na produção, distribuição, comercialização e preparo dos alimentos. Isso nos remete a uma reflexão sobre os sistemas alimentares vigentes atualmente? Falem um pouco sobre isso.

A partir da declaração de transmissão comunitária do novo coronavírus e das orientações de isolamento social pairou sobre uma parcela da população (que detém capital eco-



Monise Viana Abranches | foto: arquivo pessoal

nômico) o medo de desabastecimento. Reportagens e vídeos divulgados nos meios de comunicação evidenciaram uma corrida aos supermercados. As cenas iam na contramão das recomendações sanitárias, mostravam pessoas se aglomerando nestes espaços, correndo risco de se contaminarem. As disputas por alimentos fez com que estabelecimentos limitassem a aquisição de determinados produtos porque havia, para alguns, a intenção de estocar comida. Entretanto, a crise de abastecimento nas cidades não se efetivou até o momento.

A preocupação em encher os armários de produtos industrializados é razoável do ponto de vista da perecibilidade, atende também a orientação de evitar sair de casa, mas desconsidera os benefícios do consumo de ali-



O avanço do SARS-CoV-2 no Brasil evidenciou a arquitetura de um Estado regido pela lógica de mercado e, ao mesmo tempo, demonstrou a importância de instituições de saúde, como o SUS, e de ensino, como as Universidades públicas tão fragilizadas



mentos frescos. Se por um lado, os supermercados se mantiveram em funcionamento, por outro, alguns estados e municípios não se atentaram para os espaços alternativos de comercialização de alimentos *in natura* ou minimamente processados, ou, de maneira inadvertida, suspenderam as atividades das feiras realizadas em espaço abertos. Isso revela o valor que atribuímos, enquanto sociedade, aos produtos industrializados, que tem na monocultura a base do processo produtivo, em detrimento ao que é cultivado pelos pequenos agricultores.

O sistema alimentar dominante está falhando em termos de preservação do meio ambiente, promoção da saúde, geração de emprego e renda, em suma, da vida humana. É dicotômico tomar consciência das perdas geradas no processo de produção agroindustrial e saber que todos os dias 821 milhões de pessoas no mundo passam fome. A FAO estima que cerca de 6% das perdas de alimentos mundiais estejam na América Latina e no Caribe. Em alguns países, elas seriam suficientes para alimentar as pessoas que não tem o que comer. Segundo a Organização, o desperdício acontece em todas as fases: produção (28%),

mercado e distribuição (17%), manejo e armazenamento (22%), processamento (6%); bem como por consumidores (28%).

Ainda, existe um fator complicador que é quando os custos da produção são superiores às receitas advindas da comercialização, situação onde os alimentos sequer são colhidos. A face mais perversa do desperdício tem se apresentado agora na pandemia, momento em que a alta produtividade e a baixa nas vendas promovem o desequilíbrio entre o que é colhido e não comercializado, sendo este montante descartado. Essa situação vem acontecendo em regiões produtoras de verduras, legumes e frutas do interior de São Paulo e no Espírito Santo, por exemplo.

Diante disso, numa situação como a que estamos vivenciando, é importante voltar o olhar para a agricultura familiar, que possibilita o abastecimento local tendo em vista que é melhor distribuída geograficamente, produz alimentos diversificados, ocupa mais de 80% dos trabalhadores rurais e faz uso de práticas mais sustentáveis. Essa forma de produzir fomenta redes alimentares alternativas: feiras livres, *delivery* de cestas de hortifruti, peque-

nas lojas de produtos artesanais, venda direta ao consumidor na propriedade ou ainda institucional e comunidades que sustentam a agricultura (CSA). Essas redes propiciam ainda, intercâmbio social entre produtores e clientes; fazem emergir talentos desconhecidos que se cristalizam na identidade territorial, favorecem, por meio de circuitos curtos, a comercialização de variedades não convencionais e a apropriação de informações referentes à origem, ao fazer e à quem faz, dimensões não alcançadas pela alimentação industrializada. O fortalecimento das redes alternativas de alimentos promove, por meio da geração de emprego e renda, a manutenção dos jovens na zona rural, bem como a redução do desperdício, comum no sistema produtivo convencional. Fazer coexistir a agricultura tradicional e modelos alternativos de cultivo é o grande desafio da nossa geração para viabilizar a soberania alimentar.

Como você vê os efeitos desta pandemia na segurança alimentar e nutricional no Brasil e no Mundo? “O que estamos aprendendo com este momento?”

No Brasil, independentemente da classe social, os efeitos da pandemia se fizeram presentes entre as pessoas, mas são devastadores para aqueles em situação de vulnerabilidade. Outras crises orbitam a sanitária vivenciada no país, estando elas especialmente nas dimensões econômica e social. A previsão de queda do Produto Interno Bruto ancora o aumento das demissões e, com isso, a preocupação de muitas famílias de que a comida acabe antes que haja dinheiro para comprar mais. O descompasso das medidas conduzidas pelas diferentes esferas de governo, associado a carência de equipes médicas e a falta de recursos, em muitos lugares, tem produzido a elevação do número de mortes,

que somado em todo o país já é superior ao contabilizado onde a doença inicialmente se manifestou.

Em maior ou menor grau em outros países o novo coronavírus tem produzido cicatrizes físicas e emocionais. Diante desse cenário, precisamos nos repensar enquanto sociedade, na nossa forma de produzir e de consumir. A pandemia pisou no freio do modo de viver no planeta. De maneira geral, desacelerou o ritmo da vida humana, da produção em massa e do consumo pelo consumo. Para alguns, ela é um convite para recomeçar, nos coloca em outro caminho e uma nova realidade há de ser lapidada. No entanto, o princípio da inércia, explicado por uma das leis da física, nos ajuda a entender que os corpos tendem a resistir a mudanças de velocidade. Para muitos essa resistência é expressa pela negação da doença e tentativa de volta à normalidade anterior à disseminação do vírus, a qual não existe mais. Toma-se como exemplo o comportamento das pessoas que compareceram à reinauguração de um *shopping* na cidade de Blumenau, episódio que ocupou as manchetes dos jornais. A flexibilização das atividades do comércio, considerada precoce por especialistas da saúde, promoveu aumento do número de casos da COVID-19 no município.

O comportamento humano é complexo e sofre pressões “invisíveis” do sistema econômico, que é dinâmico e se reinventa, sendo o capital a força geradora do poder de compra e da divisão da sociedade em classes. A pandemia tem ampliado as desigualdades sociais e não temos certeza se a sensibilidade da sociedade civil e o cuidado assistencial, sobretudo quanto à alimentação, será mantido. Há sinais de desgaste dessa relação, uma vez que não se sustenta em médio e longo prazos. Compartilhamos com Ada Colau,

prefeita de Barcelona e ativista social catalã, a perspectiva de que não há culpados pela existência do vírus, mas todos somos responsáveis pelas atitudes tomadas para responder à tríplice crise. A cooperação em alguns aspectos, será a chave para sairmos dela melhor do que quando entramos. A união de forças precisa acontecer em nível nacional e entre os países, considerando a necessidade de financiamento de pesquisas em saúde, para o desenvolvimento de vacina e medicamentos; de garantia do acesso a alimentação saudável para todos e de valorização dos trabalhadores envolvidos no enfrentamento da COVID-19, por vezes invisíveis. Para transpor esse momento será necessário um alinhamento entre os atores governamentais que operam a gestão financeira do país, das classes média e trabalhadora e do empresariado, para que ninguém seja abandonado na crise.

Os valores liberais, presentes em nossa sociedade, podem dialogar com o espírito colaborativo, mais precisamente com a ideia do bem comum e de ações comunitárias como ensina a reflexão ética e política de Aristóteles. Enquanto professoras universitárias temos investido nossas horas de trabalho na produção de material educativo para a comunidade, tendo em vista os cuidados necessários na alimentação coletiva; elaboração de projetos e manuscritos científicos que buscam compreender o impacto da pandemia no setor de alimentos e que instigam o debate com nossos pares sobre o problema do acesso à alimentação. Como pessoas, apoiamos redes alimentares alternativas, movimentos que atendem famílias em situação de vulnerabilidade e procuramos adquirir produtos feitos por pequenos empreendedores. O que mais juntos podemos fazer? O invisível, presente no Brasil profundo, está com prato vazio...

“

Os valores liberais, presentes em nossa sociedade, podem dialogar com o espírito colaborativo, mais precisamente com a ideia do bem comum e de ações comunitárias como ensina a reflexão ética e política de Aristóteles

”

Referências

Arns PE. Brasil: desafios e perspectivas. *Estudos Avançados*. 2000; 14(40): 42-50. <https://doi.org/10.1590/S0103-4014200000300005>

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 28 Abr. 2020.

Canguilhem G. O normal e o patológico, trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

Comida Invisível. Alfices em Mogi das Cruzes (SP) e mamão em Linhares (ES). 2020. https://www.instagram.com/p/B_fJTbjDrFj/ Acesso: 30 Abr. 2020.

Corrêa AMS, Escamilla RP, Maranhã LK, Sampaio MFA. (In)Segurança Alimentar no Brasil. validação de metodologia para acompanhamento e avaliação. 2003. https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/validacao_brasil1.pdf Acesso: 30 Abr. 2020.

Darolt MR, Lamine C, Brandenburg A, Alencar MCF, Abreu LC. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade*. 2016; XIX(2):1-22.

GloboNews: Edição das 18h. Prefeita de Barcelona conta para Leilane Neubarth como cidade enfrentou a pandemia. <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/t/videos/v/prefeita-de-barcelona-counta-para-leilane-neubarth-como-cidade-enfrentou-a-pandemia/8516472/> Acesso em: 28 Abr. 2020.

Jaime PC, Dias D, Minowa E, Louzada ML. Insegurança Alimentar e Nutricional em tempos de COVID-19: desafios e estratégias emergentes. 8º Painel *online* FSP - USP. <https://www.youtube.com/watch?v=PhZejewNlz4&list=PLEdiqcxuUbtJ3SjXaiYjzGx13UIBOlq77&index=2&t=0s> Acesso em: 08 Mai. 2020.

Heller L, Mota CR, Greco DB. COVID-19 faecal-oral transmission: Are we asking the right questions? *Science of The Total Environment*. 2020;729. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.138919>

Jansen R. Casos de COVI-19 dobram em Blumenau após reabertura de shoppings. <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,casos-de-covid-19-dobram-em-blumenau-apos-reabertura-de-shoppings,70003287050> Acesso em: 29 Abr. 2020.

Oliveira TC, Abranches MV, Lana RM. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. *Cad. Saúde Pública*. (2020); 36(4): e00055220. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000400501&lng=pt. Epub 06-Abr-2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00055220>.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. FAO: Fome aumenta no mundo e na América Latina e no Caribe pelo terceiro ano consecutivo. 2018. <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1152189/>

Ramos CA. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. *Kriterion: Revista de Filosofia*. 2014; 55(129): 61-77. <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2014000100004>



Fragmentos da gripe espanhola em versos e poesias

Erica Ell - Denise Oliveira e Silva - Juliana Ubarana - Danielle Cabrini

Entre 1918-1919, uma severa pandemia atingiu a humanidade, causada pela virulência do vírus Influenza A, do subtipo H1N1, propagou-se rapidamente entre os países e continentes¹.

Embora se desconheça sua origem geográfica e tenha sido denominada de “espanhola”, provavelmente pelo fato de muitas das informações a respeito da doença terem sido veiculadas pela imprensa da Espanha, país que se manteve neutro durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não censurando seus jornais quanto às notícias sobre a epidemia, como ocorria nos países em guerra, o primeiro caso observado foi nos Estados Unidos em março de 1918, no Texas, e uma semana depois, em Nova Iorque².

No Brasil, inicialmente a doença foi acompanhada à distância pelos jornais e a população não demonstrava muita preocupação, por considerar que devido a distância entre os continentes não se propagaria no território nacional. No entanto, a partir de setembro de 1918 a gripe chegou no país

trazida por navios que aportaram em portos do Nordeste, como o inglês Demerara, que esteve em Recife e Salvador naquele mês de setembro. Em pouco tempo a doença atingiu várias cidades nordestinas e no final de outubro já atingia quase todas as grandes cidades do país, como Rio de Janeiro e São Paulo².

Considerada a maior epidemia da história, estima-se que ao passo que a Primeira Guerra Mundial, matou em torno de 8 milhões de pessoas, a gripe espanhola foi fatal para mais de 20 milhões de seres humanos em todo o mundo. Nada matou tanto em tão pouco tempo. No Brasil, apesar de registros imprecisos, estimou-se mais de 35 mil mortes em todo o país, no período pandêmico¹.

Essa epidemia mudou drasticamente o dia-a-dia das pessoas e as instruções e medidas de combate eram muito similares às estratégias adotadas hoje para o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

No entanto, apesar dos novos conhecimentos científi-

co-tecnológicos, do monitoramento internacional para tentar isolar doentes e possíveis focos de contaminação, e das pesquisas para a fabricação de uma vacina que são fundamentais para ajudar no controle do coronavírus atualmente, ainda esbarramos em muitos dos dilemas políticos, econômicos, sociais e de saúde de 1918. Naquela época a luta contra a doença necessitava de médicos, remédios, muita comida e, também, de informação e limpeza, principalmente nas populações pobres². Poesias e versos ajudavam na contextualização dos problemas, como a do poeta paulistano Miguel Meira, de novembro de 1918, trazendo orientações sobre a necessidade do cuidado, das condições sociais e de saúde¹:

BARATEAR A VIDA, EIS A PRIMEIRA
MEDIDA, QUE AO GOVERNO JÁ PROPUZ...
OBRIGAR A LAVAR-SE A QUEM NÃO QUEIRA,
NO BRÁS, NO CAMBUCI, NA LAPA E LUZI!...
DÁ FOME A GRIPE, É FILHA E DA SUJEIRA,
TRANSMITE-SE NO ESCARRO E PELO PÚS...
EVITAR DAR A MÃO! DESTA MANEIRA
É QUE O MAL SE PROPAGA E REPRODUZ!
ALIMENTADO O CORPO E BEM LAVADO,
A CASA VARRIDINHA, ONDE SE MORA,
JURO! NÃO HAVERÁ UM SÓ GRIPADO!...
SEM ISSO, TODO O POVO A PERNA ESTICA,
E COM PÃO A CADA HORA,
– SALVO SÃO PAULO INTEIRO SEM BOTICA!...

(Jornal do Commercio, 8/11/1918, p. 6)

As ações governamentais da época eram voltadas aos cuidados aos doentes e socorrer os familiares dos gripados mais pobres, por meio de postos de socorro e hospitais provisórios, e os profissionais da área de saúde atuaram intensamente em todo o país. Entre os leigos a solidariedade cresceu na mesma proporção que aumentou o número de enfermos e mortos devido à doença. O agravamento das condições sociais e da fome que assolava a população, na época, contou muito com o espírito de solidariedade entre as pessoas, que ajudavam a angariar e a distribuir remédios e alimentos; prestar auxílio aos gripados e seus familiares; e fazer donativos às entidades (como a Cruz Vermelha Brasileira), que organizaram socorro aos doentes².

Atualmente em meio a uma Pandemia, a tragédia é que ainda a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos. Não serão possíveis outras? Indaga Boa Ventura Santos⁴.

Referências

1. Bertucci-Martins, L.M. “CONSELHOS AO POVO”: EDUCAÇÃO CONTRA A INFLUENZA DE 1918. Cad. Cedes, Campinas, 23 (59): 103-117, 2003. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0917.pdf>
2. Bertucci-Martins, L.M. Gripe A, uma nova “espanhola”? Rev Assoc Med Bras 2009; 55(3): 229-50. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302009000300001.
3. Gurgel, C.B.F.M. 1918: a gripe espanhola desvendada? Rev Bras Clin Med, São Paulo, 11(4), 2013:xx-xx. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2013/v11n4/a4129.pdf>
4. Santos, B. V. A Cruel Pedagogia do Vírus. Portugal, Almeida, 2020.

